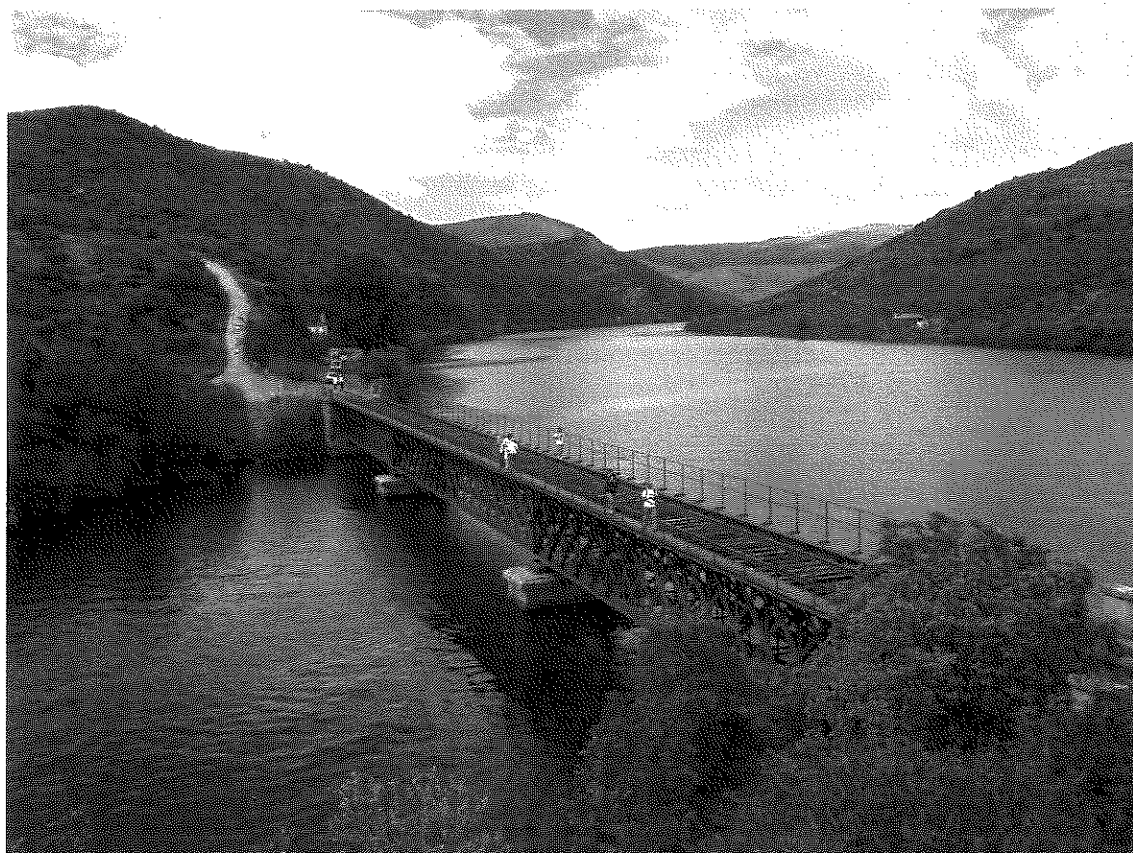




MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2017



RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO DE 2017

Praça do Município – 5150 – 642 Vila Nova de Foz Coa
Tel. 270 760 400 – Fax 279 760 438 Email: correio@cm-fozcoa.pt – www.cm-fozcoa.pt

[Handwritten signatures and initials]



ÍNDICE GERAL

1 – INTRODUÇÃO	6
1.2 - CONSIDERAÇÕES GERAIS	7
2 – ANÁLISE ORÇAMENTAL	8
2.1 - EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	9
2.2 - EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - ÍNDICE DE EXECUÇÃO.....	10
2.3 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	12
3 – ANÁLISE PATRIMONIAL.....	26
3.1. – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	27
3.2 - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	28
3.3- ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA	28
3.4 - PROPOSTA PARA A APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO ANO DE 2016	30
CONCLUSÃO.....	31
4 – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	32
4.1- BALANÇO.....	33
4.2. – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	37
5 – MAPAS RESUMO DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL	38
5.1. – CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA.....	39
5.2. – CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA	44
5.3. – RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	48
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	49



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Execução das GOP’S.....	9
Gráfico 2 – Execução do PPI	10
Gráfico 3 – Evolução das Receitas	13
Gráfico 4 – Fundos Municipais (FGM – Fundo Geral Municipal, FBM – Fundo de Base Municipal, FCM – Fundo de Coesão Municipal (designações em vigor até 2007), FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM – Fundo Social Municipal e IRS – Participação Fixa no IRS (designações em vigor)).	15
Gráfico 5 – Execução Orçamental da Despesa	17
Gráfico 6 - Despesa Corrente e Capital	18
Gráfico 7 - Estrutura de Resultados	29
Gráfico 8 - Dívidas a Curto, Médio e Longo Prazos	73



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura e Execução do Investimento por Funções – Ano de 2017	11
Quadro 2 – Mapa comparativo da evolução da Execução do PPI.....	11
Quadro 3 – Execução Orçamental da Receita.....	12
Quadro 4 – Evolução das Receitas (2006 a 2017)	13
Quadro 5 – Fundos Municipais (FGM – Fundo Geral Municipal, FBM – Fundo de Base Municipal, FCM – Fundo de Coesão Municipal (designações em vigor até 2007), FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM – Fundo Social Municipal e IRS – Participação Fixa no IRS (designações em vigor)).	14
Quadro 6 – Execução Orçamental das Despesas	15
Quadro 7 – Evolução da Despesa	16
Quadro 8 – Despesas Correntes e Capital	17
Quadro 9 - Princípio do Equilíbrio – Execução Orçamental	18
Quadro 10 - Equilíbrio Orçamental.....	19
Quadro 11 – Limite da Dívida Total.....	20
Quadro 12 – Despesas com Pessoal (2016 e 2017)	21
Quadro 13 – Rácios de Estrutura da Receita.....	21
Quadro 14 – Rácios de Estrutura da Despesa.....	22
Quadro 15 – Resumo dos Fluxos de Caixa	23
Quadro 16 – Operações de Tesouraria.....	25
Quadro 17 – Variações Patrimoniais.....	27
Quadro 18 – Rácios de Gestão Financeira	28
Quadro 19 – Resumo dos Rácios	29
Quadro 20 – Balanço	36
Quadro 21 – Demonstrações de Resultados	37
Quadro 22 – Mapa de controlo Orçamental da Receita.....	43
Quadro 23 – Mapa de controlo Orçamental da Despesa.....	47
Quadro 24 – Mapa Resumo dos Fluxos de Caixa.....	48
Quadro 25 – Imobilizado Corpóreo	61



Quadro 26 – Imobilizado em Curso.....	62
Quadro 27 – Imobilizado Incorpóreo	62
Quadro 28 – Amortizações Acumuladas.....	63
Quadro 29 – Entidades Participadas.....	65
Quadro 30 – Fundo Patrimonial.....	66
Quadro 31 – Demonstração do CMVMC	67
Quadro 32 – Demonstração de Resultados Financeiros	67
Quadro 33 – Demonstração de Resultados Extraordinários.....	68
Quadro 34 – Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos	71
Quadro 35 – Outras Dívidas a terceiros 2017	73
Quadro 36 – Recebimentos e Pagamentos em atraso a 31/12/2016	75
Quadro 37 – Posição dos projetos candidatos em 31/12/2017.....	76
Quadro 38 – Prazo Médio de Pagamentos	76



1 – INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro (Novo Regime jurídico das Autarquias Locais) é da competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal.

Um dos documentos de prestação de contas é o Relatório de Gestão, cujo conteúdo deve contemplar os aspetos referenciados no ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL). Para além disso, deve conter um conjunto de informações que reflitam a situação funcional, operacional e económica da Autarquia. Tais informações destinam-se, não só para apreciação do órgão deliberativo, fiscalizador da atividade municipal e, para julgamento do Tribunal de Contas, como também para terceiros tais como fornecedores, entidades bancárias e cidadãos em geral, a fim de avaliarem a atividade desenvolvida e o seu impacto no desenvolvimento económico e social das populações.

Assim, cabe à Assembleia Municipal apreciar os documentos de prestação de contas na sua sessão ordinária de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam, de acordo com o n.º 2 do artigo 27.º da Lei 75/2013 (Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais) de 12 de Setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), posteriormente, o órgão executivo remeterá para o Tribunal de Contas.

No ponto 2 das considerações técnicas do POCAL, estão discriminados os documentos de prestação de contas a enviar ao Tribunal de Contas, para controlo jurisdicional.



1.1 - NOTA PRÉVIA

Com este Relatório de Gestão pretende-se demonstrar:

- a) A situação económica relativa ao exercício, comparada com exercícios anteriores, analisando a evolução da gestão nos diversos sectores de Atividade Autárquica;
- b) Os níveis de execução mais relevantes da atividade financeira municipal, no que respeita à sua atividade económica e financeira (quer da receita quer da despesa);
- c) Uma síntese da situação financeira da autarquia, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise dos Balanços e das Demonstrações de Resultados;
- d) A evolução das dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazo;
- e) A proposta fundamentada de aplicação do resultado líquido do exercício;
- f) Os factos relevantes ocorridos no exercício ou no termo do exercício anterior.

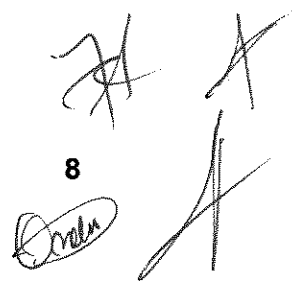
1.2 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Da presente análise podemos tirar interpretações concretas de quais os desvios que se efetuaram às previsões iniciais, apontadas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017. Será através da leitura e interpretação dos números que podemos fazer uma análise da atividade económica – financeira do Município. No entanto, para que essa leitura seja mais esclarecedora, juntamos algumas notas explicativas que irão acompanhar cada elemento técnico.

Apontamos como metodologia de análise do Relatório de Gestão de 2017, fazê-la em dois grandes capítulos: Análise Orçamental e Análise Patrimonial.



2 – ANÁLISE ORÇAMENTAL





2.1 - EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

No gráfico seguinte mostram-se as Execuções do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e do Plano de Atividades Municipais (PAM), por funções (% em relação ao total executado):

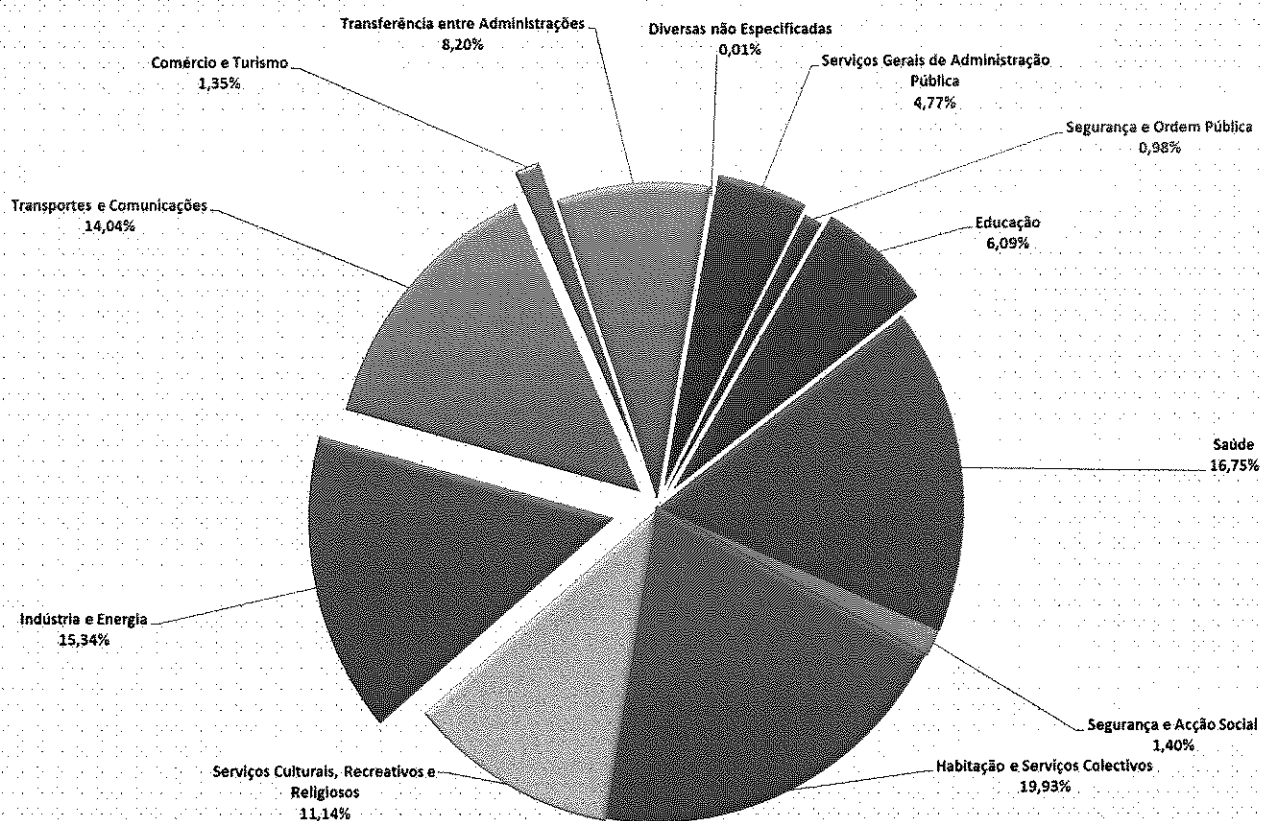


Gráfico 1 – Execução das GOP'S



2.2 - EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - ÍNDICE DE EXECUÇÃO

Importa debruçarmo-nos sobre este Plano, por nele constarem todos os projetos e ações que implicam despesas orçamentais a realizar por investimentos. Os objetivos principais definidos neste Plano, a que esta Prestação de Contas se refere, foram conseguidos. Referimo-nos concretamente às subfunções cujas taxas de execução anuais em relação ao montante previsto inicialmente, são as seguintes:

Serviços Gerais de Administração Pública - 69,47%, Saúde – 63,06%, Transportes e Comunicações - 44,55%, Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos - 35,02%, Habitação e Serviços Coletivos - 22,01%, Comércio e Turismo - 15,09%, Indústria e Energia - 12,40% e Educação – 9,57%.

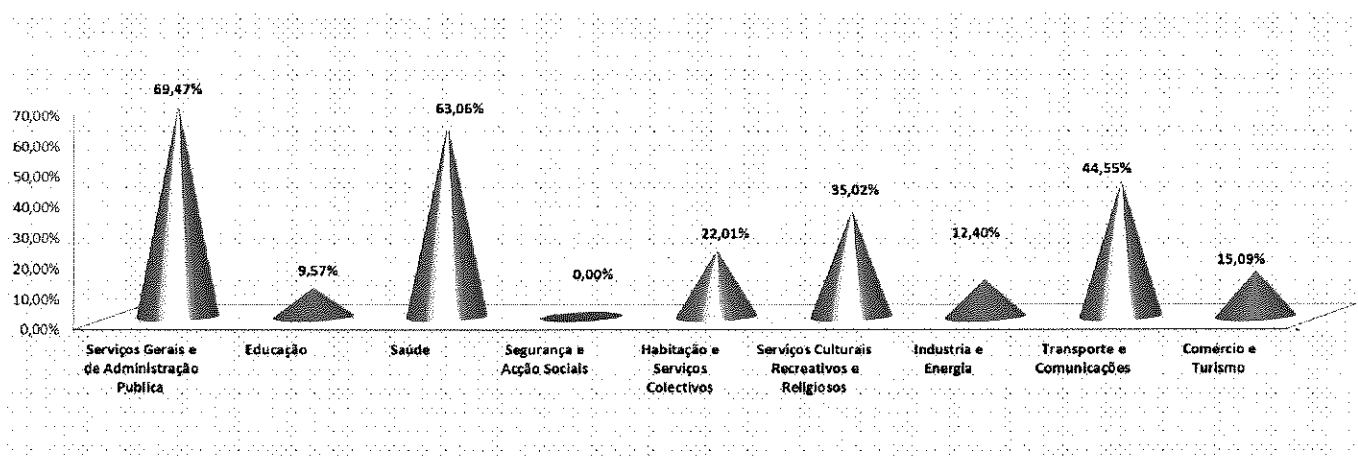


Gráfico 2 – Execução do PPI

Da leitura do presente gráfico e em consonância com o quadro a seguir descrito, conclui-se que a maior parte da despesa de investimento incidiu nas rubricas: **Serviços Gerais de Administração Pública – 69,47% e Saúde – 63,06%.**



Funções	Previsto	Executado	Desvio	Taxa de Execução %
Serviços Gerais de Administração Pública	196.000,00	136.157,51	-59.842,49	69,47
Educação	178.800,00	17.116,39	-161.683,61	9,57
Saúde	976.993,86	616.103,11	-360.890,75	63,06
Segurança e Acção Sociais	62.150,00	0,00	-62.150,00	0,00
Habituação e Serviços Colectivos	992.464,00	218.445,27	-774.018,73	22,01
Serviços Culturais Recreativos e Religiosos	89.300,00	31.276,45	-58.023,55	35,02
Indústria e Energia	419.100,00	51.961,84	-367.138,16	12,40
Transporte e Comunicações	1.227.650,49	546.900,87	-680.749,62	44,55
Comércio e Turismo	42.100,00	6.353,62	-35.746,38	15,09
Total Geral	4.184.558,35	1.624.315,06	2.560.243,29	38,82

Quadro 1 – Estrutura e Execução do Investimento por Funções – Ano de 2017

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Previsto	8.389.048,42	8.746.001,27	8.563.680,48	12.884.489,28	13.095.658,25	7.128.912,80	2.593.350,00	2.900.175,80	1.515.067,95	4.184.558,35
Executado	2.872.233,16	2.055.893,21	2.979.906,87	4.534.900,19	5.619.156,06	4.617.059,55	1.653.432,69	1.962.114,96	652.285,50	1.624.315,06
%	34,24%	23,51%	34,80%	35,20%	42,91%	64,77%	63,76%	67,66%	43,05%	38,82%

Quadro 2 – Mapa comparativo da evolução da Execução do PPI

Da leitura do quadro supra, constata-se que no ano em análise, foi obtida a percentagem de **38,82%**.



2.3 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

2.3.1 – RECEITAS – 2017

Classificação		Dotação			Execução	
Económica	Descrição	Inicial	Alterações	Actual	Cobrada	%
01	IMPOSTOS DIRETOS	847.875,00	0,00	847.875,00	896.537,96	105,7
02	IMPOSTOS INDIRETOS	2.104,00	0,00	2.104,00	2.766,95	131,5
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	40.612,00	0,00	40.612,00	55.937,19	137,7
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	130.463,00	0,00	130.463,00	11.546,77	8,9
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.474.955,00	0,00	6.474.955,00	6.335.990,92	97,9
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.277.747,00	0,00	1.277.747,00	1.323.460,20	103,6
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	103.036,00	0,00	103.036,00	15.709,85	15,2
	RECEITAS CORRENTES	8.876.792,00	0,00	8.876.792,00	8.641.949,84	97,4
9	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	19,00	0,00	19,00	0,00	0,0
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.589.457,00	0,00	3.589.457,00	1.490.319,64	41,5
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1,00	0,00	1,00	0,00	0,0
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2,00	0,00	2,00	0,00	0,0
	RECEITAS DE CAPITAL	3.589.479,00	0,00	3.589.479,00	1.490.319,64	41,5
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	2,00	0,00	2,00	4.000,00	200.000,0
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	1.181.812,19	1.181.812,19	1.181.812,19	100,0
	OUTRAS RECEITAS	2,00	1.181.812,19	1.181.814,19	1.185.812,19	100,34
	TOTAL DA RECEITA	12.466.273,00	1.181.812,19	13.648.085,19	11.318.081,67	82,9

Quadro 3 – Execução Orçamental da Receita

Da leitura do quadro supra constata-se que o total das receitas arrecadadas é de **11.318.081,67€**. Este valor inclui **1.181.812,19€**, de saldo da gerência anterior (execução orçamental) que corresponde a **10,44%** das receitas arrecadadas e **4.000,00 €**, de reposições, o que corresponde a **0,04%**.

O total das receitas correntes foi de **8.641.949,84€**, o que corresponde a **76,36%**, do total das receitas arrecadadas.

As receitas de capital foram de **1.490.319,64€**, o que corresponde a **13,17%** do total das receitas arrecadadas.

Refira-se ainda que, a percentagem de execução de receitas correntes e de receitas de capital, em relação ao previsto corrigido é de **97,4%**, e **41,5%**, respetivamente.

Realçamos o facto de que o total das receitas cobradas em relação às previsões corrigidas, atingiu uma percentagem de 82,9%. Informa-se que apesar de a taxa de execução ser inferior a 85%, ainda estamos dentro do estipulado no nº 3 do artigo 56º da Lei 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI), uma vez que no **ano de 2016, a execução da receita atingiu os 92,10%**. A referida execução revela ainda que os



orçamentos municipais têm vindo a ser planeados de forma mais responsável, fiável e eficaz.

Continuamos a achar conveniente, para uma melhor apreciação das Finanças Municipais, estabelecer a comparação entre a presente Prestação de Contas e a dos anos anteriores.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Correntes	5.170.461,69 €	5.680.967,90 €	5.773.590,71 €	6.655.587,92 €	6.655.937,69 €	6.679.059,99 €	6.695.144,27 €	7.820.678,22 €	9.192.109,86 €	8.745.879,96 €	8.677.500,14 €	8.641.949,84 €
Capital	4.651.196,38 €	4.399.937,24 €	4.154.492,10 €	3.725.978,41 €	3.887.450,53 €	5.461.053,25 €	7.722.947,34 €	4.397.650,72 €	1.342.901,65 €	1.503.969,39 €	1.042.452,29 €	2.676.131,83 €
Total	9.821.658,07 €	10.080.905,14 €	10.071.503,41 €	10.541.157,46 €	10.543.388,22 €	12.140.113,24 €	14.418.091,61 €	12.218.328,94 €	10.535.011,51 €	10.249.849,35 €	9.719.952,43 €	11.318.081,67 €
Evolução da Receita	12,01%	2,64%	-0,09%	4,66%	0,02%	15,14%	18,76%	-15,26%	-13,78%	-2,71%	-5,17%	16,44%

Quadro 4 – Evolução das Receitas (2006 a 2017)

Refira-se que e no seguimento da metodologia de anos anteriores, consideramos o saldo de gerência como Receita de Capital, realçamos ainda, que utilizamos esta mesma metodologia também para a Despesa. Deste quadro comparativo podemos verificar que houve um aumento da receita total de **16,44%**, em relação ao ano de 2016.

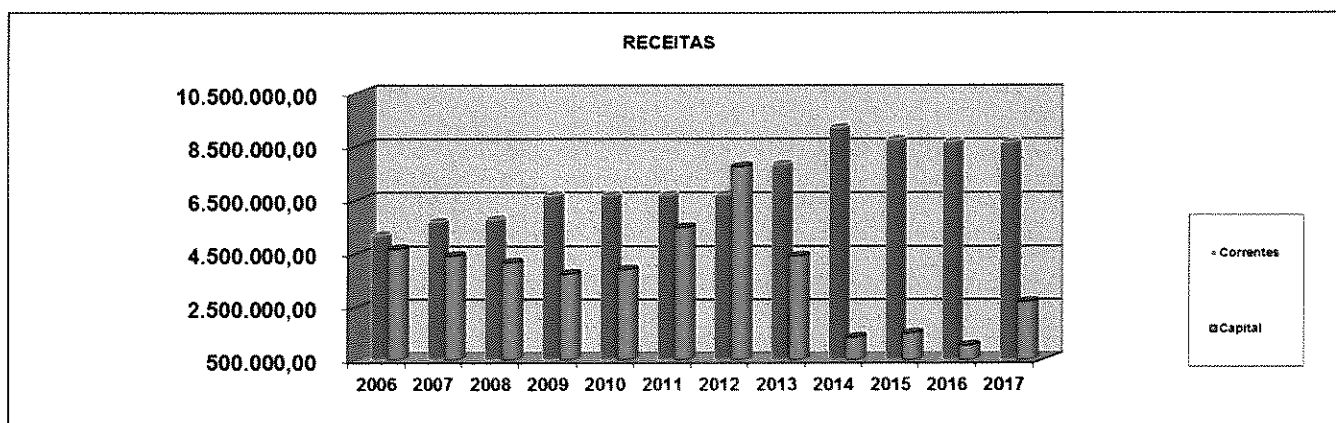


Gráfico 3 – Evolução das Receitas



As receitas totais resultam no essencial do somatório de:

1. Receitas das transferências do Orçamento Geral do Estado, tais como: Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS.

2. Outro tipo de receitas arrecadadas no Concelho, tais como as cobradas por terceiros para o Município, que damos como exemplo: Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis (I.M.T.), Imposto Único de Circulação (I.U.C) etc.

3. Transferências de fundos comunitários, na sua maioria transferências de capital.

Dado que a principal fonte de receita do Município são as **Transferências do Orçamento Geral de Estado (OE)**, também será importante fazer a análise comparativa dos últimos anos. Da leitura do quadro seguinte podemos constatar que em relação ao ano de 2016, houve um **aumento de 2,88%**.

Espelha-se então a seguir a evolução dos últimos anos, no que concerne às transferências do OE:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Correntes	3.387.400,00 €	3.481.206,00 €	3.649.471,00 €	3.834.798,00 €	3.876.715,00 €	3.677.626,00 €	3.499.194,00 €	4.587.086,00 €	4.990.470,00 €	5.279.555,00 €	5.344.637,00 €	5.496.083,00 €
Capital	2.258.266,00 €	2.164.464,00 €	2.278.478,00 €	2.389.548,00 €	2.411.434,00 €	2.296.112,00 €	2.175.776,00 €	1.087.888,00 €	528.100,00 €	551.571,00 €	558.052,00 €	576.451,00 €
Total	5.645.666,00 €	5.645.666,00 €	5.927.949,00 €	6.224.346,00 €	6.288.149,00 €	5.973.738,00 €	5.674.970,00 €	5.674.974,00 €	5.518.570,00 €	5.831.126,00 €	5.902.689,00 €	6.072.534,00 €
	0,00%	0,00%	4,99%	5,00%	1,03%	-5,00%	-5,00%	0,00%	-2,76%	5,66%	1,22%	2,88%

Quadro 5 – Fundos Municipais (FGM – Fundo Geral Municipal, FBM – Fundo de Base Municipal, FCM – Fundo de Coesão Municipal (designações em vigor até 2007), FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM – Fundo Social Municipal e IRS – Participação Fixa no IRS (designações em vigor)).

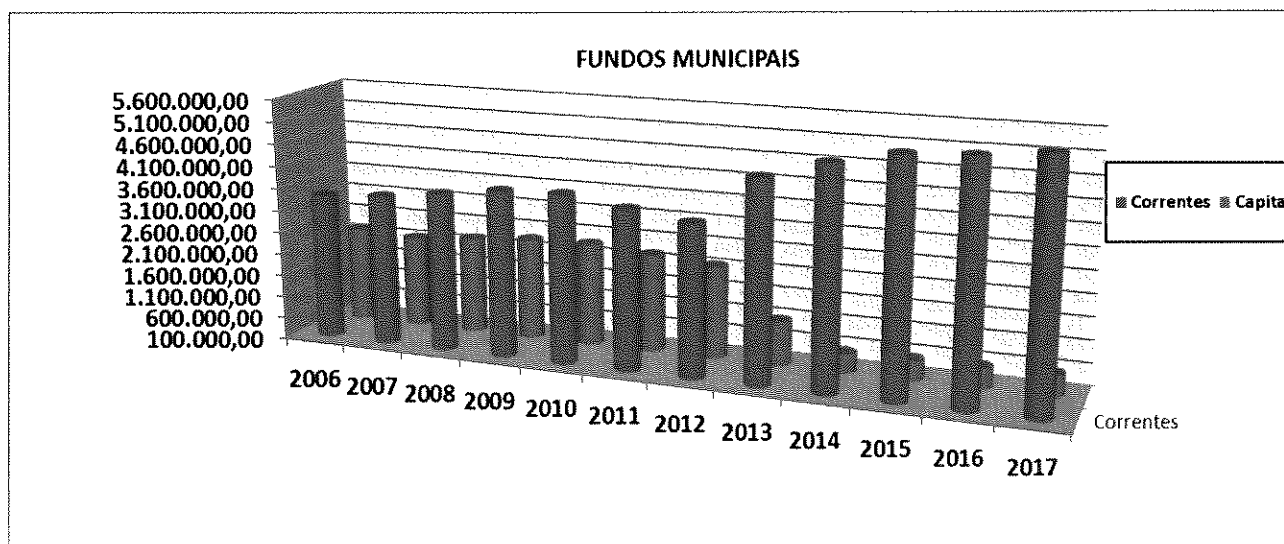


Gráfico 4 – Fundos Municipais (FGM – Fundo Geral Municipal, FBM – Fundo de Base Municipal, FCM – Fundo de Coesão Municipal (designações em vigor até 2007), FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM – Fundo Social Municipal e IRS – Participação Fixa no IRS (designações em vigor)).

2.3.2 – DESPESAS

Classificação	Designação	Dot. Inic.	Dot. Corrig.	Alterações (+/-)	Desp. Paga	% Exec.
01	Despesas com o pessoal	3.137.303,00	3.079.313,00	-57.990,00	2.968.531,12	96,40
02	Aquisição de Bens e serviços	4.057.850,00	4.022.450,00	-35.400,00	3.069.619,42	76,31
03	Juros e Outros encargos	16.100,00	16.100,00	0,00	6.341,71	39,39
04	Transferência Correntes	1.431.100,00	1.524.390,00	93.290,00	1.221.954,20	80,16
06	Outras Despesas Correntes	49.000,00	49.100,00	100,00	18.305,79	37,28
Total Despesas Correntes		8.691.353,00	8.691.353,00	0,00	7.284.752,24	83,82
07	Aquisição de Bens de Capital	3.066.120,00	4.116.258,35	1.050.138,35	1.556.027,06	37,80
08	Transferência de Capital	420.500,00	552.173,84	131.673,84	320.525,90	58,05
09	Activos Financeiros	68.300,00	68.300,00	0,00	68.288,00	99,98
10	Passivos Financeiros	220.000,00	220.000,00	0,00	209.149,64	95,07
Total Despesas Capital		3.774.920,00	4.956.732,19	1.181.812,19	2.153.990,60	43,46
Total Geral		12.466.273,00	13.648.085,19	1.181.812,19	9.438.742,84	69,16

Quadro 6 – Execução Orçamental das Despesas

Da leitura do quadro, constata-se que o total das despesas pagas foi de **9.438.742,84€**.

No que concerne às despesas correntes, atingiram um valor total de **7.284.752,24€**. Refira-se ainda, que o total destes pagamentos face às dotações corrigidas obteve uma percentagem de **69,16%**. Verifica-se assim, uma execução inferior de **20,51%**, em relação ao ano de 2016 (**89,67%**). Em relação às despesas de



capital num total de **2.153.990,60€**, a percentagem de execução face às dotações corrigidas é de **43,46%**, tendo-se verificado uma diminuição de **5,12%**, em relação ao ano anterior (**48,58%**).

Salienta-se que durante o ano em análise, foram pagos de serviço da dívida **211.354,96€**, sendo **2.205,32€**, de juros e **209.149,64€** para amortização de empréstimos.

Sobre a execução orçamental, entende-se ser importante realizar também uma análise comparativa dos últimos 12 anos.

Do quadro seguinte pode igualmente constatar-se que em relação à previsão da despesa para o ano de 2017, atingiu-se uma taxa de execução orçamental de **75,71%**.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Previsão	17.793.289,96 €	14.997.104,34 €	17.816.602,74 €	19.704.879,86 €	19.930.364,48 €	23.911.404,28 €	24.707.550,00 €	18.675.250,00 €	12.362.450,00 €	12.613.000,00 €	10.376.405,00 €	12.466.273,00 €
*	-6,03%	-15,71%	18,80%	10,60%	1,27%	19,97%	3,33%	-24,41%	-33,80%	2,03%	-17,73%	20,14%
Execução	9.712.829,61 €	9.937.484,54 €	9.911.912,28 €	10.222.876,98 €	10.529.888,94 €	12.040.804,99 €	14.392.178,81 €	12.203.909,02 €	10.366.530,98 €	10.073.646,40 €	8.538.140,24 €	9.438.742,84 €
*	10,33%	2,31%	-0,26%	3,14%	3,00%	14,35%	19,53%	-15,20%	-15,06%	-2,83%	-15,24%	10,55%
Desvio	8.080.460,37 €	5.059.619,80 €	7.904.690,46 €	9.482.002,88 €	9.400.475,54 €	11.870.599,29 €	10.315.371,19 €	6.471.340,98 €	1.995.919,02 €	2.539.353,60 €	1.838.264,76 €	3.027.530,16 €
*	-20,25%	-37,38%	56,23%	19,95%	-0,86%	26,28%	-13,10%	-37,27%	-69,16%	27,23%	-27,61%	64,70%
Taxa de execução em relação à previsão anual	54,59%	66,26%	55,63%	51,88%	52,83%	50,36%	58,25%	65,35%	83,85%	79,87%	82,28%	75,71%

* % em relação ao ano anterior

Quadro 7 – Evolução da Despesa

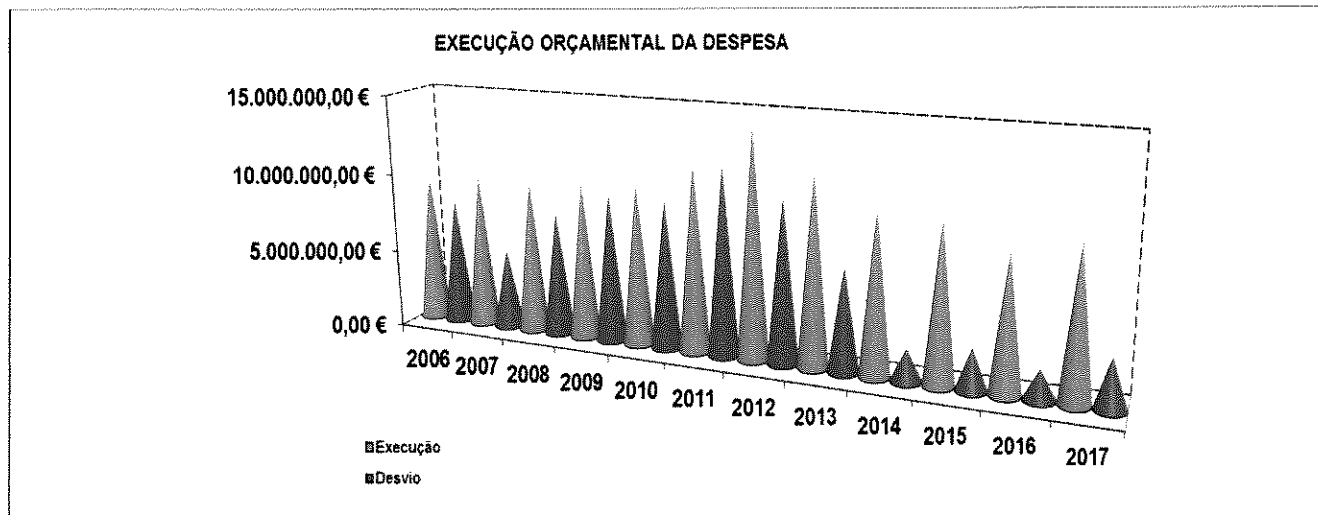


Gráfico 5 – Execução Orçamental da Despesa

Evolução da execução da despesa nos últimos doze anos, ao nível de correntes e de capital.

DESPESA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
CORRENTE	5.059.128,32 €	5.894.583,20 €	6.202.566,88 €	7.181.941,54 €	6.653.577,59 €	6.664.383,60 €	8.107.705,56 €	7.077.387,52 €	8.144.730,60 €	7.626.540,25 €	7.445.571,61 €	7.284.752,24 €
CAPITAL	4.653.701,29 €	4.042.901,34 €	3.709.345,40 €	3.040.935,44 €	3.876.311,35 €	5.376.421,39 €	6.284.473,25 €	5.126.521,50 €	2.221.800,38 €	2.447.106,15 €	1.092.568,63 €	2.153.990,60 €
TOTAL	9.712.829,61 €	9.937.484,54 €	9.911.912,28 €	10.222.876,98 €	10.529.888,94 €	12.040.804,99 €	14.394.190,81 €	12.203.909,02 €	10.366.530,98 €	10.073.646,40 €	8.538.140,24 €	9.438.742,84 €

Quadro 8 – Despesas Correntes e Capital

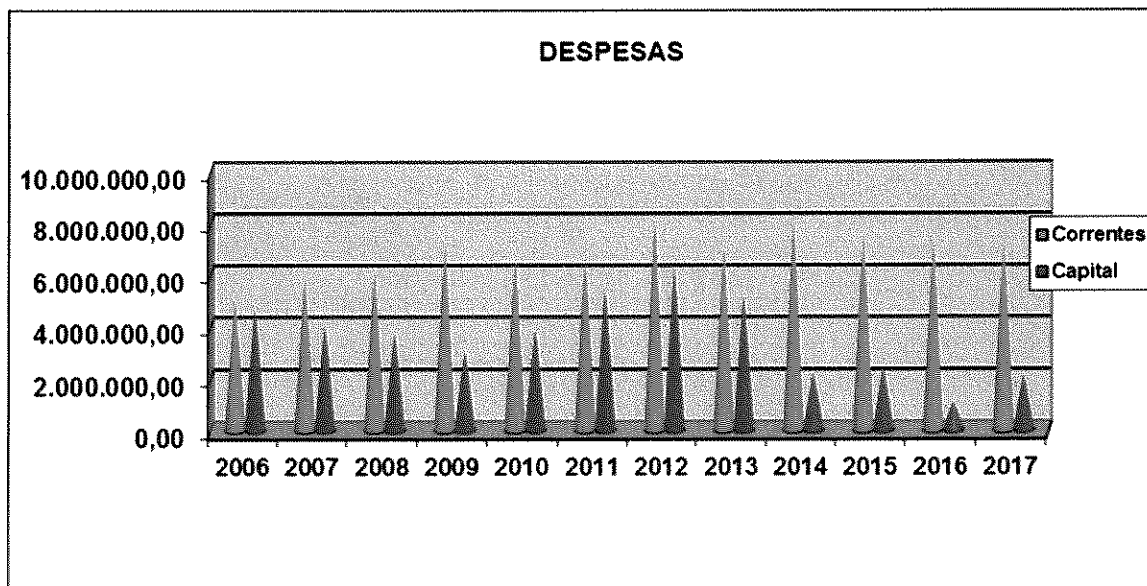


Gráfico 6 - Despesa Corrente e Capital

2.3.2.1 – PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO E EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Apresenta-se de seguida no quadro infra a evolução do **cumprimento do princípio do equilíbrio**, no que se refere à execução orçamental, conforme obriga a alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL (as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes).

Refira-se ainda que este executivo, durante o ano de 2017, direccionou todos os esforços no sentido de cumprir o referido princípio, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

Princípio do Equilíbrio													
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Corrente	5.018.895,76	5.102.366,68	5.572.139,44	5.773.590,71	6.655.587,92	6.655.937,69	6.679.059,99	6.695.144,27	7.820.678,22	9.192.109,86	8.745.879,96	8.677.500,14	8.641.949,84
Despesa Corrente	4.449.850,60	5.059.128,32	5.894.583,20	6.202.566,88	7.181.941,54	6.653.577,59	6.664.383,60	8.107.705,56	7.077.387,52	8.144.730,60	7.626.540,25	7.445.571,61	7.284.752,24
Diferença	569.045,16	43.238,36	-322.443,76	-428.976,17	-526.353,62	2.360,10	14.676,39	-1.412.561,29	743.290,70	1.047.379,26	1.119.339,71	1.231.928,53	1.357.197,60

Quadro 9 - Princípio do Equilíbrio – Execução Orçamental



No que concerne ao Equilíbrio Orçamental nos termos do nº 2 do artigo 40º, conjugado com o artigo 83º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI), apresentamos um quadro elucidativo do cumprimento do referido equilíbrio que se traduz no seguinte:

MAPA DOS EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS - 31-12-2017				
Entidade Financeira	Finalidade do empréstimo	Capital em Dívida em 01 de jan. de 2014	Nº anos remanescentes	Amortizações médias
BES	Requalificação da Rede Viária	111.406,56 €	7	15.915,22 €
BES	Req. Urb. Parque de Santa Barbara	50.748,25 €	7	7.249,75 €
BES	E.M Seixas- Numão	38.243,98 €	7	5.463,43 €
BES	Centro Cultural/Biblioteca/Museu-2ª fase	373.763,23 €	8	46.720,40 €
CGD	Financiamento de obras Financiadas	184.875,32 €	2	92.437,66 €
CCAM	Centro Escolar de V.N. Foz Côa e Freixo de Numão(JI/1CEB) - Arrelvamento do Estádio Municipal.	815.365,12 €	10	81.536,51 €
ESTADO	Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado - IGTCP	162.572,00 €	5	32.514,40 €
TOTAL				281.837,37 €
EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL - EXECUÇÃO (artigos 40º e 83º da RFALEI)				
Descrição		Dados do Exercício de 2017 Valor		
A - Receitas correntes cobradas brutas		8.641.949,84 €		
B - Despesas correntes pagas		7.284.752,24 €		
C - Saldo corrente (A-B)		1.357.197,60 €		
D - Amortização média dos EMLP		281.837,37 €		
E - Diferença Anual (C-D)		1.075.360,23 €		
Controlo do cumprimento da regra do equilíbrio		Cumprimento		

Quadro 10 - Equilíbrio Orçamental

A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, sendo que se entende por “amortizações médias de empréstimos” o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da Lei que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (1 de Janeiro de 2014), pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato. Portanto, a poupança corrente (receita corrente + amortizações de empréstimos => despesas de capital), tem que “acomodar” um valor equivalente às amortizações médias dos empréstimos existentes.



2.3.2.2 – LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

O artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI), estabelece um limite da dívida total que cada Município terá que cumprir, sob pena de ver reduzido no exercício subsequente, de pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido. Apresenta-se de seguida a posição deste Município, a 31-12-2017.

Todos

	Limite da dívida total artigo 52.º da Lei n.º 73/2013	Divida Total (01-01-2017)						Divida Total (31-12-2017)										Variação da dívida de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Variação o do excesso de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Utilização da margem disponível de 1 de Jan a 31 de Dez	
		Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades não participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais e exceções Lei n.º 73/2013 e OE/2017	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais, exceções previstas Lei 73/2013, OE/2017 e FAM	Margem absoluta	Margem Utilizável	Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais e exceções Lei n.º 73/2013 e OE/2017	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais, exceções previstas Lei 73/2013, OE/2017 e FAM	Montante em excesso	Margem				
Município	(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)	(7)=(4)-(5)-(6) (1), se (7)<(1)	(8)=(7) (1), se (7)<(1)	(9)=(1)-(7), se (7)<(1)	(10)=(9)* 20%	(11)	(12)	(13)=(11)+(12)	(14)	(15)	(16)=(13)-(14) (15)	(17)=(16)- se (17)>(10) ou (17)>(10)]]	(18)=(17)-(16) se (18)>0 e (18)<((7)+(10))	(19)=(18)/(7-1) (19)>0 e (19)<((7)+(10))	(20)=(19)/(8-1) (20)>0 e (20)<((7)+(10))	(21)=(20)- se (21)>0 e (21)<((7)+(10))
V. N. DE FOZ COA	13.307.744,98	1.929.453,35	188.175,82	2.117.629,17	225.587,48	341.440,61	1.550.601,08	11.757.143,90	2.351.428,78	1.409.374,38	174.291,55	1.583.665,93	47.233,82	273.152,61	1.263.279,50	12.044.465,48	-0,19				2.638.750,36

Quadro 11 – Limite da Dívida Total



Importa referir que para este mapa foi contabilizada toda a dívida de terceiros, incluindo a conta 22.8 – faturas em receção e conferência, que entraram nos nossos serviços financeiros em 2018, tendo data de 2017. Cumprido o 1º pressuposto, com uma margem confortável de 2.638.750,36 €, dados estes retirados no portal da Direção-Geral das Autarquias Locais, verificamos que também o Município se enquadra no 2º pressuposto, uma vez que detinha uma margem utilizável de 20%, no valor de 2.351.428,78€, conforme leitura do quadro supra.

2.3.2.3 – DESPESAS COM O PESSOAL

Apresenta-se de seguida a variação de toda a despesa realizada com o pessoal que inclui todos os encargos do Município com os seus trabalhadores, nomeadamente comparticipação na saúde, contribuições para a segurança social entre outros, com referência aos anos de 2016 a 2017.

64	CUSTOS COM O PESSOAL	2016	2017	Variação
64.1.1	Remuneração dos eleitos	88.330,92	90.453,00	2,40%
64.2	Remunerações do pessoal	2.132.687,91	2.179.844,35	2,21%
64.5	Encargos sobre remunerações	492.245,73	499.941,48	1,56%
64.6	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00%
64.8	Outros custos com pessoal	174.290,48	159.544,12	-8,46%
64.9	Pessoal aguardar aposentação/Indemnizações	660,34	3.754,56	468,58%
	Total de custos com pessoal	2.888.215,38	2.933.537,51	1,57%

Quadro 12 – Despesas com Pessoal (2016 e 2017)

Denota-se na análise do quadro supra, um aumento de 1,57%, nos custos totais com o pessoal, em comparação com o ano anterior.

2.3.3 – RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA E DESPESA

Rácios de estrutura da receita	
Receitas próprias/ receita total	20%
Receita cobrada localmente/Rec Total	12%
Impostos directos/Receita total	8%
Transferencias da administração/Rec Total	69%

Quadro 13 – Rácios de Estrutura da Receita



Rácios de estrutura da despesa	
Receita total/despesa total	1,20
Receita corrente /Despesa corrente	119%
Desp Pessoal / Despesa total	31%
Desp Pessoal / Fundos MuniCorrentes	54%
Aquis bens e Serv / Despesa Total	33%
Aquis bens e Serv / Fundos Munic Corre	56%
Serviço Dívida / Despesa total	2%
Receita de capital/ Despesa de capital	69%
Receitas próprias/Despesa total	24%
Transfer da Ad central/Despesa Total	83%
Rec Local/Despesa total	15%

Quadro 14 – Rácios de Estrutura da Despesa



2.3.4 – ANÁLISE AOS FLUXOS DE CAIXA

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

ANO 2017

PAG. 1

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		1.407.399,57	Despesas orçamentais		9.438.742,84
Execução orçamental	1.161.812,19		Correntes	7.264.752,24	
Operações de tesouraria ...	225.587,38		Capital	2.153.990,60	
Receitas orçamentais		10.136.268,48	Operações de tesouraria		592.589,90
Correntes	8.641.949,94		Saldo para a gerência seguinte ...		2.158.530,54
Capital	1.490.319,64		Execução orçamental	1.879.358,83	
Outras	4.000,00		Operações de tesouraria	259.191,71	
Operações de tesouraria		626.194,23	Total		12.149.863,28
Total		12.149.863,28			

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

Quadro 15 – Resumo dos Fluxos de Caixa

No que se refere aos **movimentos de operações de tesouraria**, podemos referir que durante o ano em apreço, o Município transitou com um saldo da gerência anterior de 225.587,38€. Deu entrada em operações tesouraria durante o ano de 2017, a importância de 626.194,23€ e saída de 592.589,90€, ficando com um saldo de 259.191.71€, para a gerência seguinte.



2.3.5 – OPERAÇÕES DE TESOURARIA

ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOURARIA					DATA	ANO	PERÍODO
M.V.N.FOZ COA		Período: 2017/01/01 a 2017/12/31					2018/01/27	2017	1
CCT. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEQUENTE		
			DEVEDOR	CREDOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR	
21		CLIENTES/CONTRBUENTES/UTENTES		6.070,12				6.070,12	
21.7		CLIENTES E UTENTES O/CAMPOES		6.070,12				6.070,12	
21.7.0		CAMPOES DE LICENCIAMENTO SANITARIO		676,53				676,53	
21.7.0.02		CAMPOES DE LICENCIAMENTO SANITARIO - S/ TERCEIROS		676,53				676,53	
21.7.0		CAMPOES DE CONCESSÃO		540,00				540,00	
21.7.4		CAMPOES DE ACTA		4.556,59				4.556,59	
24		ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	35.610,57	531.245,56	530.860,45		34.693,56		
24.0		Retenção de impostos sobre rendimentos	17.693,37	127.636,33	126.943,37		17.413,31		
24.0.1		Trabalho dependente	17.693,33	118.666,30	118.040,30		16.980,30		
24.0.2		Trabalho independente	554,37	5.122,44	5.043,55		512,62		
24.0.4		Prestares		1.327,53	1.443,28		120,63		
24.0.4.1		IRS-PRESTAÇÕES		1.327,53	1.443,28		120,63		
24.0.5		IRS-RENTES		2.422,30	2.422,30				
24.0		Restantes impostos	44,47	1.051,05	1.050,80		1,45		
24.4.4		TAXA DA EMISSÃO DE CERTIFICADO DE REGISTO	54,55	447,16	417,82		7,11		
24.4.6		IMT-INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES, I.P.		504,50	504,50				
24.4.6		IMA-AGENCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	7,82	43,13	35,35		3,47		
24.6		Contribuições para a Segurança Social	17.450,56	300.672,14	300.546,36		17.064,31		
24.6.1		ADSE		69.835,24	69.835,24				
24.6.1.1		ADSE-DESCONTOS DO PESSOAL		69.835,24	69.835,24				
24.6.2		CANJA GERAL DE APOSENTAÇÕES	11.633,52	151.852,35	151.046,75		11.023,32		
24.6.2.1		CGA-DESCONTOS DO PESSOAL	11.633,52	151.852,35	151.046,75		11.023,32		
24.6.3		SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	5.557,34	79.664,61	79.664,36		5.935,75		
24.6.3.1		IGPS-DESCONTOS DO PESSOAL	5.557,34	79.664,61	79.664,36		5.935,75		
24.9		Outras contribuições	54,77	1.440,30	1.440,30		124,77		
24.9.1		Multas e crimes		30,37	40,30		10,30		
24.9.3		Outras	54,77	1.440,30	1.440,30		54,77		
24.9.3.5		PREPAROS	54,77				54,77		
24.9.3.9		DIREÇÃO GERAL DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS		1.440,30	1.440,30				
26		OUTROS DEVEDORES E CREDITORES	191.501,95	61.018,54	55.843,78		118.425,37		
26.1		Fornecedores de imobilizado	179.539,70	7.649,72	52.784,25		118.425,33		
26.1.5		Fornecedores de imobilizado com cancelo	179.539,70	7.649,72	52.784,25		118.425,33		
26.1.5.0		Fornecedores de imobilizado em dinheiro	179.539,70	7.649,72	52.784,25		118.425,33		
36		EDUARDO AUTUNTO SOUSA LOPES		8,55			8,55		
36		CHUTAS E MORRÃO, S.A.		1.327,53			1.327,53		
40		JOSE DO NASCIMENTO RAMOS		1.327,53			1,327,53		
41		BRISTOL & DINIS, LDA		5.574,51	2.569,54		12.837,55		
42		L.O.B. SOCIEDADE DE PROJETOS E INFRAESTRUTURAS		5.000,00			5.000,00		
140		ELECTRICAS DE TELECOMUNICAÇÕES							
140		SUALUM ANCIENS AMADO & FILIOS LDA	11.465,45		2.137,42		13.602,87		
140		JOAO VIEIRA - CONSTRUÇÕES LDA.	12.536,52		5.557,39		11.886,51		
140		FRANCISCO SANTOS OLIVEIRA	744,75				744,75		
1401		CONSTRUT - Construções, S.A.	761,31				761,31		
1401		ALFREDO AUGUSTO BERNARDO	2.155,36				2.155,36		
1404		EDUARDO LOPES CONSTRUÇÕES, LDA.	6.544,25				6.544,25		
1404		HORTO PROGRESSO DE MEIRA, LDA	1.004,36				1.004,36		
1407		ANTONIO ALVES BATUA, SOCIEDADE CONSTRUÇÕES LDA.	5.015,25	2.447,57	424,17		3.094,55		
1409		A. R. L. ANTONIO RODRIGUES LEAO - CONSTRUÇÕES, S.A.	7.127,25				7.127,25		
1409		ANTONIO SARATTA & FILIOS, LDA.	16.151,34				16.151,34		
1409		CONSTRUÇÕES VIEIRA & FILIOS, LDA	5.100,31				5.100,31		
1404		MANUEL VIEIRA & IMRROS, LDA	1.547,11	354,70			1.562,41		
1409		ESQUEVA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	10.525,52	4.121,33			6.704,19		
1404		BIOTERA CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA.	12.106,55				12.106,55		
1409		LEONEL FILIPE RAMOS FONSECA	766,41				766,41		
1407		CIVILCASA II - CONSTRUÇÕES LDA	556,35				556,35		
1407		SAMUEL AUGUSTO, LDA	1.491,57	355,12			556,75		
1409		ANTONIO PAULO SANTOS REIS	1.075,16				1.075,16		
1401		ESCALA UNICA - CONSTRUÇÕES & IMOBILIARIA UNIPessoal LDA.	3.526,55				3.526,55		
A TRANSPORTAR ...				218.125,65	559.116,61	579.364,70		218.191,71	



ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOURARIA				DATA	ANO	PAGINA
M.V.N.FOI COA		Período: 001/7/01/01 a 001/7/01/01				2019/01/01	001	1
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO DA EXERCÍCIO ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A EXERCÍCIO SEQUENTE	
			DEVEDOR	CREITOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREITOR
TRANSPORTE ...				218.228,69	559.218,61	559.264,70		259.151,71
	0260	EDIFICÍO - EDIFÍCIO DE OBRAS PÚBLICAS DAS BEIRAS, LDA		39.649,52		39.649,55		70.241,63
	0269	MARTA DO DEU CARREIRO		174,69				174,69
	0266	ELECTROTAVEL, LDA		739,24				739,24
	2500	ANA PINA SANTOS UNIVERSAL, LDA		3.155,93		7.247,35		10.012,19
	2511	LUSOCOL - SOCIEDADE LUSA DE CONSTRUÇÕES, LDA		5.424,16				5.424,16
	2654	MAXIMIANO & FILHOS, LDA		2.164,85				2.164,85
	2635	EUROTECHNIS-EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS, LDA		730,75				730,75
16.3		Sindicatos			2.042,33	2.042,33		
16.3.1		STAL			2.042,33	2.042,33		
16.3.4		SINDICATO TRABALHADORES FUNÇÃO PÚBLICA DO CENTRO			731,57	731,57		
16.3.7		STAL ZONA CENTRO			118,92	118,92		
16.3		Devedores e credores diversos	10.361,69		51.459,55	41.067,20		
16.3.5		DEVEDORES E CREDITORES DE OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS			41.067,20	41.067,20		
16.3.5.9		OUTROS			41.067,20	41.067,20		
16.3.5.9.2		ATAM			165,71	165,71		
16.3.5.9.3		CENTRO DE AÇÃO SOCIAL			28.720,36	28.720,36		
16.3.5.9.4		COMITÉ DE PREV. FUNCIONÁRIOS E APOSENT. DO ESTADO			121,91	121,91		
16.3.5.9.7		CAS - COMUNITAT			7.559,23	7.559,23		
16.3.5.9.9		OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA			7.559,23	7.559,23		
16.3.5.9.9.3		DESCONTO SOBRE JENCIMENTO - PENSÃO DE ALIMENTOS			3.074,51	3.074,51		
16.3.5.9.9.4		PENSAÇÃO DE CREDITOS - TERCEIROS			4.483,92	4.483,92		
16.3.9		Provedores diversos	10.361,69	10.361,69				
16.3.9.9		OUTROS CREDITOS DIVERSOS	10.361,69	10.361,69				
16.3.9.9.2		I.R.F.F.	3.314,17	3.314,17				
16.3.9.9.7		T.N.E.F.F.	2.047,52	2.047,52				
TOTAL ...				228.597,96	550.559,51	626.154,23		259.151,71

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

Quadro 16 – Operações de Tesouraria

Este mapa descreve toda a receita cobrada para terceiros, incluindo caucões de fornecedores de imobilizado e caucões de clientes e utentes.



3 – ANÁLISE PATRIMONIAL

**3.1. – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS OCORRIDAS no ano de 2017			
Activo Imobilizado			
Bens de dominio publico	1 143 853,50		
Imobilizações corporeas	-1 083 417,16		
Imobilizado incorporeo	-6 237,32		
Investimento financeiro	-1 019 095,96		
			-964 896,94
Circulante			
Dividas de terceiros de curto prazo		-6 992,36	
Depositos em instituições financeiras e caixa			
Caixa e Depósitos à ordem	731 130,97		
	0,00		731 130,97
Acrescimos e diferimentos	-24 207,16		-24 207,16
Variação patrimonial total do activo			-264 965,49

FUNDOS PROPRIOS			
Patrimonio Reservas e Resultados transitados	877 269,25		
Variação de Resultados	-118 166,48		759 102,77
PASSIVO			
Emprestimos bancarios de M/L prazo		-190 148,95	
Dividas a terceiros de curto prazo		-220 172,34	
Variação total do passivo			-410 321,29
Acrescimos e diferimentos			
Acresimos e diferimentos		-613 746,97	
Variação patrimonial total dos fundos proprios e do Passivo			-264 965,49

Quadro 17 – Variações Patrimoniais



3.2 - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Durante o ano de 2017, não foi contratado nenhum novo empréstimo bancário.

3.3- ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Através de um indicador de gestão financeira apropriado à análise do balanço e da demonstração de resultados, é possível fazer uma síntese em termos percentuais da situação Económico-Financeira do Município de 2007 a 2017.

Rátios de solvabilidade e autonom	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Autonomia financeira	96%	95%	94%	93%	90%	88%	85%	86%	84%	88%	75%
Cobertura do imobilizado	103%	100%	99%	99%	98%	97%	95%	94%	93%	96%	95%
Solvabilidade	2388%	1919%	1571%	1276%	946%	731%	561%	618%	512%	758%	218%

Quadro 18 – Rátios de Gestão Financeira

Em termos de situação patrimonial o rácio da Autonomia Financeira, indica-nos qual o peso que os fundos próprios têm no financiamento do Ativo. Em 31 de Dezembro de 2017, o Município financiava os Ativos de que dispunha com 96% de recursos próprios.

A sua dependência de capitais externos era reduzida (4%).

O rácio de Cobertura do Imobilizado representa 103% no ano de 2017.

Isto é, **todo o ativo imobilizado era financiado por capitais permanentes, e próprios, denotando um equilíbrio financeiro seguro.**

O rácio de Solvabilidade, indica-nos que o Município apresenta uma boa capacidade em solver os seus compromissos, verificando-se que em 2017, os Fundos Próprios cobrem as obrigações do Município em 2388%.

Nos primeiros anos em análise, a capacidade do Município em fazer face aos seus compromissos, não sofreu grandes variações. No ano de 2008, esta capacidade alterou-se devido ao facto de se ter iniciado o arrolamento e inventariação dos bens patrimoniais, e respetiva valorização, pelo que com a redução do nível de endividamento bancário, bem como de fornecedores, a solvabilidade do município é expressiva.



Os rácios de liquidez abaixo, mais não fazem do que confirmarem o que relatamos.

Rácios de Liquidez	
Liquidez geral	211,1%
Liquidez reduzida	211,1%
Liquidez imediata	194%

O comportamento ao nível do desempenho económico foi o seguinte:

Rácios económicos	
Variação nos custos	3%
Variação nos proveitos	1,6%
Variação nos resultados operacionais	19%
Variação nos Proveitos próprios	-3%

Quadro 19 – Resumo dos Rácios

Apesar da variação nos proveitos ter sido menor que a dos custos, houve ganhos ao nível operacional.

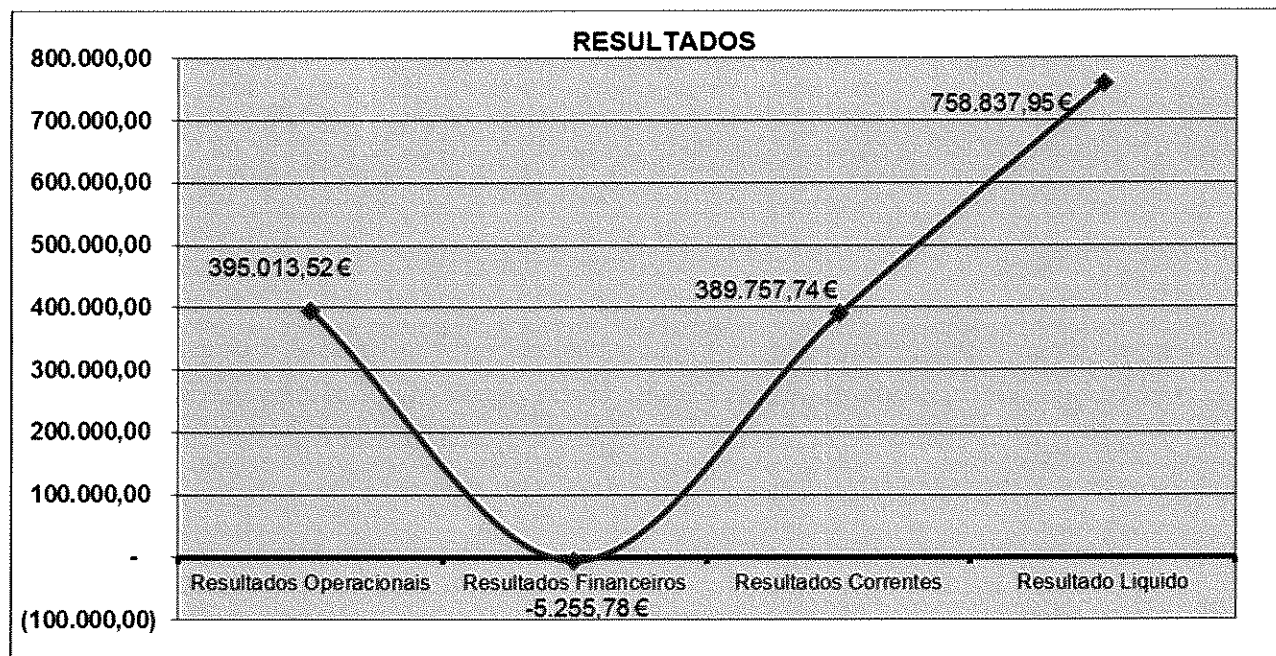


Gráfico 7 - Estrutura de Resultados



Da leitura do gráfico 7 - Estrutura de Resultados, podemos referir que os resultados operacionais têm um valor de 395.013,52€, tendo-se verificado um aumento do saldo positivo em relação ao ano de 2016 (332.138,55 €).

Em relação aos resultados financeiros, apresenta um saldo negativo de 5.255,78€, inferior ao ano de 2016 (-12.438,27€). Este facto verifica-se devido aos juros de depósitos à ordem, aos rendimentos de imóveis e outros edifícios, registarem valores pouco significativos e insuficientes, para cobrirem os custos financeiros, que se devem fundamentalmente a juros suportados com os empréstimos contraídos, com a dívida à AMDS. É de salientar que o esforço em custos financeiros tem vindo a diminuir, devido à baixa das taxas de juro, **mas também ao esforço de redução do endividamento.**

Quanto ao resultado líquido, importa relatar que se verifica uma pequena descida, que se deve sobretudo às transferências de subsídios ao investimento recebidos terem diminuído significativamente, pelo que no ano anterior obteve-se um Resultado Líquido positivo de 877.004,43€, e no ano em análise obteve-se um resultado positivo de 758.837,95€.

De verificar ainda que, o esforço deste executivo para a redução de custos, superou a natural redução de proveitos.

3.4 - PROPOSTA PARA A APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO ANO DE 2016

O resultado líquido do Município neste exercício ascende a 758.837,95€.

Nos termos dos pontos 2.7.3.2, 2.7.3.3, 2.7.3.4 e 2.7.3.5 do POCAL, propõe-se a aplicação do resultado líquido que consta da conta 88 do ano 2017 da seguinte forma:

- a) 5%, do resultado líquido do exercício para as Reservas Legais – Conta 571;
- b) 95%, para reforço da conta 51 – Património;

Ficando assim discriminada a aplicação dos Resultados Líquidos do ano 2017:



☞ Conta 571 – Reservas Legais: 37.941,90 €;

☞ Conta 51 – Património: 720.896,05 €;

Descrição	Euros
Resultados Legais	37.941,90 €
Patrimonio	720.896,05 €
Total	758.837,95 €

Período subsequente:

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações relevantes, que existissem à data de balanço, e que obrigassem a efetuar ajustamentos nas presentes demonstrações financeiras.

CONCLUSÃO

Estou convicto que:

- O Relatório de Gestão proporciona uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício de 2017, espelhando a utilização dos meios afetos à persecução das atividades da Autarquia;

- Após a análise da presente Prestação de Contas, conclui-se que a utilização e o acompanhamento das verbas, decorreu de forma positiva e conforme os trâmites legais;

- Assim apresentada, a Conta de Gerência permite uma análise pormenorizada da atividade Municipal, explicando a situação económica relativa ao exercício em questão.

Os números estão corretos e a mesma deverá merecer a vossa aprovação.

Vila Nova de Foz Côa, 13 de abril de 2018

O Presidente da Câmara,

Eng. Gustavo de Sousa Duarte



4 – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



4.1- BALANÇO

BALANÇO

 ENTIDADE: M.V.M.FOZ COA MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA 2017/01/01 a 2017/12/31 ANO 2017
 PAG. 1

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	320.189,72		320.189,72	320.189,72
452	Edifícios	42.563,99	2.196,83	40.364,16	21.556,47
453	Outras construções e infra-estruturas	7.237.682,88	2.696.835,19	4.536.847,70	1.931.428,96
454	Bens do património histórico, artístico e cultural	140.970,36	30.773,62	110.196,64	77.490,26
459	Outros bens de domínio público	74.526,98	2.624,85	72.902,03	25.791,36
445	Imobilizações em curso	170.759,61		170.759,61	170.759,61
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		7.976.703,28	2.706.432,40	5.271.268,88	4.120.416,38
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	74.727,97	72.727,97	2.000,00	
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	105.675,45	23.197,68	82.477,77	90.715,09
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		180.403,42	95.925,65	84.477,77	90.715,09
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	1.451.849,17		1.451.849,17	1.464.349,37
422	Edifícios e outras construções	42.589.104,51	10.388.082,49	32.201.112,02	34.977.479,32
423	Equipamento básico	521.866,63	448.844,54	73.022,08	121.784,28
424	Equipamento de transporte	1.548.259,33	1.315.165,39	233.094,03	273.801,22
425	Ferramentas e utensílios	69.583,51	55.806,53	13.776,98	14.070,86
426	Equipamento administrativo	899.962,12	823.331,42	76.630,70	67.289,91
427	Veículos e viaturas				
429	Outras imobilizações corpóreas	609.382,82	404.085,39	205.297,43	226.945,77
442	Imobilizações em curso	4.735.864,98		4.735.864,98	3.629.254,12
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		52.425.983,06	12.438.315,47	38.986.667,59	40.976.084,15
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1.517.970,30		1.517.970,30	1.517.970,30
412	Obrigações e títulos de participação	2.215.941,82		2.215.941,82	3.415.975,16
414	Investimentos em imóveis	183.937,38		183.937,38	
415	Outras aplicações financeiras				
440	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		3.917.849,50		3.917.849,50	4.936.945,46
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e rejeitos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				



BALANÇO

ANO 2017

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

2017/01/01 a 2017/12/31

PAG. 2

CÓDIGO SAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
16	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c	1.923,69		1.923,69	1.920,30
212	Contribuintes c/c				7.576,54
213	Utentes c/c	32.016,59		32.016,59	30.494,33
238	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	23.187,65	23.187,65		
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2419	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	64.408,33		64.408,33	58.498,40
264	Administração autárquica				
262+263+267+268	Outras devedoras	6.223,53		6.223,53	11.075,23
		148.759,79	23.187,65	125.572,14	122.564,50
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
22	Depósitos em instituições financeiras	2.137.820,07		2.137.820,07	1.405.095,75
23	Caixa	710,47		710,47	2.303,82
		2.138.530,54		2.138.530,54	1.407.399,57
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	35.016,41		35.016,41	35.145,73
272	Custos diferidos	23.691,63		23.691,63	27.769,47
		58.708,04		58.708,04	62.915,20
	Total de amortizações		16.240.674,72		
	Total de provisões		23.187,65		
	Total do activo	66.846.937,63	16.263.862,37	59.583.075,36	50.848.040,75



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2017

BALANÇO

ENTIDADE: M.V.N. FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

2017/01/01 = 2017/12/31

ANO 2017

PÁG. 3

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
31	Fundos próprios:		
35	Património	20.442.267,38	29.662.302,49
36	Ajustamento de partes de capital em empresas		
	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
371	Reservas legais	1.634.155,82	1.610.255,60
372	Reservas estatutárias		
373	Reservas contratuais		
374	Reservas livres		
375	Subsídios		
376	Cauções		
377	Reservas decorrentes de transferências de ativos		
39	Resultados transitados	244,82	-150.870,01
45	Resultado líquido em exercício	758.857,95	877.504,43
		32.635.495,98	32.046.393,21
292	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos	214.791,00	
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos		
		214.791,00	
2317	Empréstimos a M/L Prazo	666.953,52	849.956,86
222	Fornecedores de Factoring		
		666.953,52	849.956,86
2617	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros		
26887+268	Credores diversos - contratos futuros	71.870,03	293.806,58
		71.870,03	293.806,58
2311	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
269	Empréstimos de curto prazo	182.955,17	206.101,47
221	Adiantamentos por conta de vendas		
228	Fornecedores c/c		61.962,12
252	Fornecedores - facturas em recepção e conferência	72.154,63	68.106,50
219	Credores pela execução do orçamento		
215	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c		140.000,00
24	Estado e outros entes públicos	34.693,36	35.612,87
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	33.216,00	80.932,44
222+2612+262	Garantias e Cauções	224.498,35	189.974,51
		565.517,53	785.689,91
273	Arrecados e diferimentos:		
	Arrecados de custos	514.100,68	588.901,38



BALANÇO

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

2017/01/01 a 2017/12/31

ANO 2017

PAG. 4

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDO PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
274	Proveitos diferidos	15.694.346,54	16.233.292,81
		16.268.447,28	16.822.194,19
	Total do passivo	17.227.579,28	18.751.647,34
	Total dos fundos próprios e do passivo	50.563.075,24	50.848.040,75

ORÇÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORÇÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

Quadro 20 – Balanço



4.2. – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

2017/01/01 a 2017/12/31

ANO 2017

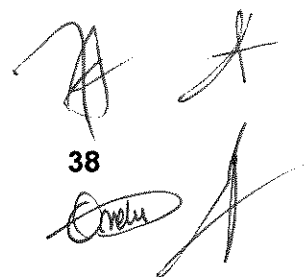
PÁG. 1

Código de Contas		Exercício			
		N		N - 1	
61	Custos e perdas				
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	497.021,72		470.842,00	
	Matérias		497.021,72		470.842,00
62	Fornecimentos e serviços externos:		1.917.651,62		1.943.938,08
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	1.270.297,35		1.221.018,53	
643 e 648	Encargos sociais	663.340,16	1.013.537,51	667.196,55	1.088.315,38
65	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		484.783,82		509.171,00
66	Amortizações do exercício		1.440.458,47		1.401.278,77
67	Provisões do exercício		221.648,67		5.701,02
68	Outros custos operacionais		1.961,22		1.710,19
	(A)		9.717.085,23		8.421.351,38
68	Custos e perdas financeiros		9.678,63		12.438,27
	(C)		9.722.763,86		8.433.691,66
69	Custos e perdas extraordinários		378.376,38		398.748,75
	(E)		9.102.340,24		8.832.440,41
69	Resultado líquido do exercício.....		758.837,95		877.004,43
	(X)		9.860.978,19		9.709.444,84
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias				
7112-7113	Venda de produtos	308.947,30		375.675,61	
	(B)		1.281.915,80		1.274.894,67
712	Prestações de serviços	981.966,50		898.219,06	
	(I)		1.251.915,80		1.274.894,67
72	Impostos e taxas		916.814,77		846.157,88
73	Variação da produção				
74	Trabalhos para a própria entidade				
75	Proveitos suplementares				
76	Transferências e subsídios obtidos		6.829.368,38		6.622.339,38
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	(B)		9.112.098,75		8.753.391,94
76	Proveitos e ganhos financeiros		622,85		
	(D)		9.112.521,60		8.753.391,94
79	Proveitos extraordinários		748.456,59		956.852,90
	(F)		9.860.978,19		9.709.444,84
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		295.013,52		332.138,55
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		-5.255,78		-12.438,27
	Resultados Correntes: (D - C)		389.757,74		319.700,28
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		758.837,95		877.004,43

Quadro 21 – Demonstrações de Resultados



5 – MAPAS RESUMO DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL





Relatório de Gestão 2017

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Table 1

John

Handwritten marks: a large 'X' and a smaller 'X' or 'K'.



Relatório de Gestão 2017

$$f_{\mathcal{A}}(z) = \frac{1}{2} \left(\frac{1}{z} + z \right) \in \mathcal{A} \quad \text{and} \quad f_{\mathcal{B}}(z) = \frac{1}{2} \left(\frac{1}{z} + z \right) \in \mathcal{B}.$$



FOZ COA

Relatório de Gestão 2017

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

[illegible][illegible]

Praça do Município – 5150 – 642 Vila Nova de Foz Coa
Tel. 270 760 400 – Fax 279 760 438 Email: correio@cm-fozcoa.pt – www.cm-fozcoa.pt






MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

FOZ COA

Relatório de Gestão 2017

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

Período: 2017/01/01 a 2017/12/31

ANO 2017
PÁG. 4

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LÍQUIDAS	LÍQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA CORRIDA LÍQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FIM DO ANO	GRUP. EXEC. FINAN. DAS REC.
	DESCRIÇÃO	(2)						EMITIDOS	PAGOS			
111	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11-4+5-6-7)		
090104	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1,00										
090105	SERVIÇOS AUTÓNOMOS FUNDOS	1,00										
090106	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1,00										
090108	CONTINENTE	1,00										
090109	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1,00										
090110	SEGURANÇA SOCIAL	1,00										
090112	INSTITUIÇÕES SEM FINS	1,00										
090113	LACRATIVOS	1,00										
090114	FAMÍLIAS	1,00										
090115	EDIFÍCIOS	8,00										
090116	SOCIEDADES E	1,00										
090117	QUASE-SOCIEDADES NÃO	1,00										
090118	FINANCEIRA	1,00										
090119	SOCIEDADES FINANCEIRAS	1,00										
090120	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ESTADO	1,00										
090121	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1,00										
090122	SERVIÇOS AUTÓNOMOS FUNDOS	1,00										
090123	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1,00										
090124	CONTINENTE	1,00										
090125	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1,00										
090126	SEGURANÇA SOCIAL	1,00										
090127	INSTITUIÇÕES SEM FINS	1,00										
090128	LACRATIVOS	1,00										
090129	FAMÍLIAS	1,00										
090130	SOCIEDADES E	3,00										
090131	QUASE-SOCIEDADES NÃO	3,00										
090132	FINANCEIRA	1,00										
090133	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	1,00										
090134	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	1,00										
090135	OUTROS	1,00										
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.582.437,00										
1001	SOCIEDADES E	2.700.000,00										
	QUASE-SOCIEDADES NÃO											
	FINANCEIRAS											
100101	PÚBLICAS	2.700.000,00										
10010101	EMPRESAS PÚBLICAS											
10010102	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS											
10010103	E INTERMUNICIPAIS											
10010109	OUTRAS											
100102	PRIVADAS											
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	889.454,00										
100301	ESTADO	578.451,00										
10030101	FEF - FUNDO DE EQUILÍBRIO											
10030102	FINANCEIRO	578.451,00										
10030103	COOPERAÇÃO TÉCNICA E											
10030104	FINANCEIRA											
10030109	OUTRAS											
10030199	OUTRAS											
1003019903	OUTRAS											



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

FOZ CÔA

Relatório de Gestão 2017

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE		M. V. N. FOZ COA		MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA			Período: 2017/01/01 a 2017/12/31			ANO 2017	
										PAG. 5	
CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA DESCRIÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LÍQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU EXEC. FINAN. DAS REC.
							ENFITEUSIS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
100307	ESTADO PARTICIPAÇÃO COMUNITARIA EM PROJETOS	313.000,00		131.868,64		131.868,64			131.868,64		42,1
100308	CO-FINANCIADOS										
12	SERVIÇOS E FUNDOS AUTONOMOS	1,00									
1206	PASSIVOS FINANCEIROS	1,00									
	EMPRESTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZO	1,00									
120604	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- FUNDOS	1,00									
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2,00									
1301	OUTRAS	2,00									
130101	INDEMNIZAÇÕES	1,00									
130109	OUTRAS	1,00									
	OUTRAS RECEITAS	1.181.812,19	7.809,35	1.185.812,19		1.185.812,19			1.185.812,19	7.809,35	100,3
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	2,00	7.809,35	4.000,00		4.000,00			4.000,00	7.809,35	20600
1501	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	2,00	7.809,35	4.000,00		4.000,00			4.000,00	7.809,35	20600
150101	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	2,00	7.809,35	4.000,00		4.000,00			4.000,00	7.809,35	20600
16	SALDO DA GERENCIA ANTERIOR	1.181.812,19		1.181.812,19		1.181.812,19			1.181.812,19		100,0
1601	SALDO ORÇAMENTAL	1.181.812,19		1.181.812,19		1.181.812,19			1.181.812,19		100,0
160101	NA FOSSE DO SERVIÇO										
	TOTAL	13.648.083,19	81.521,49	13.830.842,65	13.830,60	13.818.981,61			13.818.981,61	81.250,37	82,9

(a) (12 + 13 + 16)

Em _____ de _____ de _____

Em _____ de _____ de _____

Quadro 22 – Mapa de controlo Orçamental da Receita

[Handwritten signatures and marks]



5.2. – CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

$$R_{\infty} = \lim_{n \rightarrow \infty} R_n = \lim_{n \rightarrow \infty} \sum_{j=1}^n \frac{1}{j^2} = \frac{\pi^2}{6}.$$

Praça do Município – 5150 – 642 Vila Nova de Foz Coa
Tel. 270 760 400 – Fax 279 760 438 Email: correio@cm-fozcoa.pt – www.cm-fozcoa.pt



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

Relatório de Gestão 2017

CONTROLO ORGANISMAL DA EXPANSÃO - PERÍODO E POR ORGÂNICA

[illegible]

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

2000

6-4
 6-5
 6-6
 6-7
 6-8
 6-9
 6-10
 6-11
 6-12

1102 0204

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	DESCRIÇÃO	INICIAL	DIFERENÇA	COMPROMISSOS ASSIMILADOS		TOTAL	DIFERENÇA		DATA DE EXECUÇÃO (MES/ANO)	VALOR DESPESA
					ANTERIOR	DO PERÍODO		DATA DO COMPROMISSO	DO PERÍODO		
01	0101	010101	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	01/01/2024	150.00
		010102	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	01/01/2024	150.00
		010103	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	01/01/2024	150.00
		010104	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	01/01/2024	150.00
		010105	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	01/01/2024	150.00
		010106	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	01/01/2024	150.00
		010107	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	01/01/2024	150.00
		010108	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	01/01/2024	150.00
		010109	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	01/01/2024	150.00
		010110	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	01/01/2024	150.00
02	0201	020101	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	02/01/2024	150.00
		020102	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	02/01/2024	150.00
		020103	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	02/01/2024	150.00
		020104	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	02/01/2024	150.00
		020105	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	02/01/2024	150.00
		020106	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	02/01/2024	150.00
		020107	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	02/01/2024	150.00
		020108	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	02/01/2024	150.00
		020109	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	02/01/2024	150.00
		020110	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	02/01/2024	150.00
03	0301	030101	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	03/01/2024	150.00
		030102	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	03/01/2024	150.00
		030103	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	03/01/2024	150.00
		030104	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	03/01/2024	150.00
		030105	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	03/01/2024	150.00
		030106	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	03/01/2024	150.00
		030107	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	03/01/2024	150.00
		030108	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	03/01/2024	150.00
		030109	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	03/01/2024	150.00
		030110	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	03/01/2024	150.00
04	0401	040101	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	04/01/2024	150.00
		040102	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	04/01/2024	150.00
		040103	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	04/01/2024	150.00
		040104	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	04/01/2024	150.00
		040105	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	04/01/2024	150.00
		040106	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	04/01/2024	150.00
		040107	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	04/01/2024	150.00
		040108	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	04/01/2024	150.00
		040109	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	04/01/2024	150.00
		040110	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	04/01/2024	150.00
05	0501	050101	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	05/01/2024	150.00
		050102	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	05/01/2024	150.00
		050103	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	05/01/2024	150.00
		050104	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	05/01/2024	150.00
		050105	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	05/01/2024	150.00
		050106	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	05/01/2024	150.00
		050107	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	05/01/2024	150.00
		050108	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	05/01/2024	150.00
		050109	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	05/01/2024	150.00
		050110	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	05/01/2024	150.00
06	0601	060101	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	06/01/2024	150.00
		060102	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	06/01/2024	150.00
		060103	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	06/01/2024	150.00
		060104	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	06/01/2024	150.00
		060105	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	06/01/2024	150.00
		060106	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	06/01/2024	150.00
		060107	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	06/01/2024	150.00
		060108	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	06/01/2024	150.00
		060109	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	06/01/2024	150.00
		060110	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	06/01/2024	150.00
07	0701	070101	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	07/01/2024	150.00
		070102	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	07/01/2024	150.00
		070103	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	07/01/2024	150.00
		070104	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	07/01/2024	150.00
		070105	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	07/01/2024	150.00
		070106	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	07/01/2024	150.00
		070107	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	07/01/2024	150.00
		070108	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	07/01/2024	150.00
		070109	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	07/01/2024	150.00
		070110	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	07/01/2024	150.00
08	0801	080101	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	08/01/2024	150.00
		080102	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	08/01/2024	150.00
		080103	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	08/01/2024	150.00
		080104	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	08/01/2024	150.00
		080105	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	08/01/2024	150.00
		080106	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	08/01/2024	150.00
		080107	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	08/01/2024	150.00
		080108	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	08/01/2024	150.00
		080109	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	08/01/2024	150.00
		080110	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	08/01/2024	150.00
09	0901	090101	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	09/01/2024	150.00
		090102	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	09/01/2024	150.00
		090103	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	09/01/2024	150.00
		090104	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	09/01/2024	150.00
		090105	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	09/01/2024	150.00
		090106	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	09/01/2024	150.00
		090107	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	09/01/2024	150.00
		090108	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	09/01/2024	150.00
		090109	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	09/01/2024	150.00
		090110	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	09/01/2024	150.00
10	1001	100101	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	10/01/2024	150.00
		100102	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	10/01/2024	150.00
		100103	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	10/01/2024	150.00
		100104	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	10/01/2024	150.00
		100105	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	10/01/2024	150.00
		100106	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	10/01/2024	150.00
		100107	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	10/01/2024	150.00
		100108	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	10/01/2024	150.00
		100109	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	10/01/2024	150.00
		100110	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	10/01/2024	150.00
11	1101	110101	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	150.00	11/01/2024	150.00
		110102	150.00	150.0							

74

46

Praça do Município – 5150 – 642 Vila Nova de Foz Coa
Tel. 270 760 400 – Fax 279 760 438 Email: correio@cm-fozcoa.pt – www.cm-fozcoa.pt

Prac¸a do Munic¸ipio – 5150 – 642 Vila Nova de Foz Coa
Tel. 270 760 400 – Fax 279 760 438 Email: correio@cm-fozcoa.pt – www.cm-fozcoa.pt

Praca do Municipio -- 5150 -- 642 Vila Nova de Foz Coa
Tel. 270 760 400 -- Fax 279 760 438 Email: correio@cm-fozcoa.pt -- www.cm-fozcoa.pt



Relatório de Gestão 2017

2000

ORGANISMO	CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	COTAÇÃO INICIAL	COTAÇÃO LÍQUIDA	COMPRAS E VENDAS AUTOMÁTICAS		VALORES PARA COTAÇÃO	DIFERENÇA		GRUPO DE AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
					ANTERIOR	NO PERÍODO		PREÇO	VAR. FAZENDA	
0103	0703000	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00		
	0703001	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00		
	0703002	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00		
	0703003	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00		
	0703004	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00		
	0703005	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00		
	0703006	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00		
	0703007	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00		
	0703008	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00		
	0703009	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00		
0703010	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703011	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703012	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703013	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703014	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703015	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703016	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703017	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703018	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703019	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703020	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703021	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703022	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703023	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703024	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703025	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703026	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703027	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703028	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703029	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703030	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703031	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703032	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703033	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703034	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703035	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703036	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703037	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703038	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703039	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703040	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703041	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703042	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703043	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703044	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,00			
0703045	OUTROS	1.000,00	1.000,00				10.000,			

Quadro 23 – Mapa de controle Orçamental da Despesa

Praça do Município - 5150 - 642 Vila Nova de Foz Coa
Tel. 270 760 400 - Fax 279 760 438 Email: correio@cm-fozcoa.pt - www.cm-fozcoa.pt

Praça do Município - 5150 - 642 Vila Nova de Foz Coa
Tel. 270 760 400 - Fax 279 760 438 Email: correio@cm-fozcoa.pt - www.cm-fozcoa.pt



5.3. – RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

ANO 2017

PÁG. 1

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gestão anterior		1.407.389,57	Despesas orçamentais		9.438.742,84
Execução orçamental	1.181.812,39		Correntes	7.298.752,24	
Operações de tesouraria ...	225.587,16		Capital	2.132.990,60	
Receitas orçamentais		10.136.349,48	Operações de tesouraria		592.589,90
Correntes	8.641.949,64		Saldo para a gestão seguinte ...		2.138.536,54
Capital	1.490.319,64		Execução orçamental	1.879.318,62	
Otras	4.000,00		Operações de tesouraria	59.190,71	
Operações de tesouraria		626.194,23	Total		12.169.863,28
Total		12.169.863,28			

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

Quadro 24 – Mapa Resumo dos Fluxos de Caixa



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



8.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

CÓDIGO 8.1 DO POCAL

GERÊNCIA

De 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017

8.1.1

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

Número de Identificação Fiscal: 506 829 197

Endereço Postal: PRAÇA DE MUNCÍPIO, 5150-642 VILA NOVA DE FOZ CÔA

Telefone: 279 760 400

Regime Financeiro: o estabelecido na Lei nº 73/2013 de 03 de setembro

8.1.2

Legislação, constituição e orgânica: Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro

Funcionamento: Decreto-Lei nº 305/2009 de 23 de Outubro

8.1.3

ORGANIZAÇÃO INTERNA

	Data da Aprovação	Data da Publicação	Diário da República
Estrutura orgânica	28.12.2012	11.01.2013	Nº8
Mapa de pessoal	28.12.2012	11.01.2013	Nº8
Reestruturação de serviços	28.12.2012	11.01.2013	Nº8

8.1.4

Descrição sumária das Atividades: Administração Local

8.1.5

COMPOSIÇÃO DO ORGÃO EXECUTIVO

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro

Gustavo de Sousa Duarte

João Paulo Lucas Donas Botto Sousa

Andreia Merícia Polido de Almeida

Fernando Monteiro Girão

Cristina Maria Ferreira Beselga Lobão Alonso

Fernando Augusto Mimoso Fachada

Jorge Manuel Pais Marçal Liça

Ondina da Conceição de Sousa Parchão

8.1.6 Organização Contabilística

A organização e processamento da Contabilidade assentam num conjunto de aplicações informáticas integradas entre si: Pocal, Aplicação de Gestão de Águas, Gestão de Pessoal e Património.

As aplicações informáticas são suportadas pelo seguinte hardware:

Uma rede ETHERNET de PC'S com sistema operativo Windows a trabalhar sobre uma plataforma

LINUX instalada em dois servidores em bastidor próprio, protegido contra falhas de corrente elétrica por uma unidade de Socorro (UPS) de 10 Kva.

Regularmente o sistema processa cópias de segurança de toda a informação registada.

Não existe neste Município descentralização contabilística.

PONTO III DA RESOLUÇÃO Nº 4/2001 - 2ª SECÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS - D.R. II Série, nº 191 de 18 de Agosto de 2001

a) INDICADORES DE GESTÃO



Fundo Equilíbrio Financeiro.....	5.764.506,00 €
Participação Fixa no IRS.....	164.227,00 €
Fundo Social Municipal.....	143.801,00 €

b) INVESTIMENTOS REALIZADOS POR ESTE MUNICÍPIO

Despesas de Investimento no ano anterior ao da Gerência em apreciação	652.285,50€ €
---	---------------

c) ACÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Identificação da última inspeção averiguação ou inquérito, realizado ao Município:
Data do início da ação em 2010/10/11, pela entidade IGAL - processo nº 91400.

d) ENCARGOS FINANCEIROS

Quota parte das amortizações e encargos financeiros resultantes de empréstimos contraídos pelas Associações de municípios em que a entidade participe e ou empresas públicas municipais.	0,00 €
--	--------

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 - Indicação e justificação das disposições do POCAL, que em casos excepcionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos no balanço e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Autarquia Local. Sobre o conteúdo desta alínea nada há a assinalar;

8.2.2 - Neste exercício e tendo em vista melhorar a apresentação das contas foram feitos ajustamentos no quadro de contas do exercício de 2017, quer no mapa do balanço ajustando de forma mais adequada a exigibilidade das dívidas, quer no mapa da demonstração de resultados com a alteração do conteúdo de contas entre rubricas, pois na ligação entre o processo orçamental e o processo patrimonial tem algumas configurações que necessitam de ajustamento.

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

8.2.3.1.0 – Referencial contabilístico



As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Autarquia e de acordo com as normas vertidas no POCAL- Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais, regulado pelos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, aprovou o atual sistema contabilístico das Autarquias Locais (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL), que entrou em vigor em 1 de janeiro do ano 2002, de 11 de setembro.

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

8.2.3.1 - Imobilizações

8.2.3.1.1 Imobilizações corpóreas próprias

Mensuração

O ativo imobilizado corpóreo, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

a) Considera-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

b) Considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada, ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em



funcionamento, as taxas de amortização definidas na portaria nº 671/2000 CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado

8.2.3.1.2 Imobilizações incorpóreas

Mensuração

O ativo imobilizado incorpóreo, é valorizado ao custo de aquisição.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

As despesas de instalação, bem como as de investigação e de desenvolvimento, são amortizadas no prazo máximo de cinco anos.

8.2.3.1.3 Imobilizações Financeiras

Mensuração

Os investimentos financeiros, são valorizados ao custo de aquisição.

Considera-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

Imparidades

Nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através de conta apropriada. Esta não deve subsistir logo que deixe de se verificar a situação indicada.

8.2.3.1.4 Bens de domínio Público

Os bens de domínio público são incluídos no ativo imobilizado da autarquia, se esta for responsável pela sua administração ou controlo, estejam ou não afetos à sua atividade operacional.



A valorização destes bens será efetuada, sempre que possível, ao custo de aquisição ou ao custo de produção, conforme descrito no ponto 8.2.3.1.1.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento, as taxas de amortização definidas na portaria nº 671/2000 CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

8.2.3.1.5 – Critérios genéricos

8.2.3.1.5.1. Aquisições a título gratuito

Quando se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito deverá considerar-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. O critério de valorimetria aplicado deverá ser explicitado e justificado no anexo adequado (nota 8.2.3).

Caso este critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero, até ser objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta.

Na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, devem ser identificados em anexo e justificada aquela impossibilidade (nota 8.2.14).

8.2.3.1.5.2 Transferências de ativos

No caso de transferências de ativos entre entidades abrangidas pelo presente Plano ou por este e pelo POCP, o valor a atribuir será o valor constante nos registos contabilísticos da entidade de origem, desde que em conformidade com os critérios de valorimetria estabelecidos no presente Plano, salvo se existir valor diferente do fixado no diploma que



autorizou a transferência ou, em alternativa, valor acordado entre as partes e sancionado pelos órgãos e entidades competentes.

Na impossibilidade de aplicação de qualquer das alternativas referidas, será aplicado o critério definido no n.º 8.2.3.1.5.1.

8.2.3.1.5.3 – Imparidades

Quando à data do balanço os elementos do ativo imobilizado corpóreo e incorpóreo, seja ou não limitada a sua vida útil, tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, devem ser objeto de amortização correspondente à diferença, se for de prever que a redução desse valor seja permanente. Aquela amortização extraordinária não deve ser mantida se deixarem de existir os motivos que a originaram.

8.2.3.1.5.4 – Avaliação inicial

No caso de inventariação inicial de ativos cujo valor de aquisição ou de produção se desconheça, na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, devem ser identificados em anexo e justificada aquela impossibilidade (nota 8.2.14).

8.2.3.1.5.5 – Reavaliações

Como regra geral, os bens de imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização

8.2.3.1.5.6 – Capitalização de juros

Sem prejuízo do princípio geral de atribuição dos juros suportados aos resultados do exercício, quando os financiamentos se destinarem a imobilizações, os respetivos custos poderão ser imputados à compra e produção das mesmas, durante o período em que elas estiverem em curso, desde que isso se considere mais adequado e se mostre consistente.

Se a construção for por partes isoláveis, logo que cada parte estiver completa e em condições de ser utilizada cessará a imputação dos juros a ela inerentes.

8.2.3.2 - Existências



8.2.3.2.1- Mensuração

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção

1 Considera-se como custo de aquisição de um bem a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

2 Considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

3 Se o custo de aquisição ou o custo de produção for superior ao preço de mercado, será este o utilizado.

4 Quando na data do balanço haja obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, bem como outros fatores análogos, deverá ser utilizado o critério referido no n.º 3.

5 Os subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos são valorizados, na falta de critério mais adequado, pelo valor realizável líquido.

Entende-se como preço de mercado o custo de reposição ou o valor realizável líquido, conforme se trate de bens adquiridos para a produção ou de bens para venda.

Entende-se como custo de reposição de um bem o que a entidade teria de suportar para o substituir nas mesmas condições, qualidade, quantidade e locais de aquisição e utilização.

Considera-se como valor realizável líquido de um bem o seu esperado preço de venda deduzido dos necessários custos previsíveis de acabamento e venda.

8.2.3.2.2 - Provisões

Relativamente às situações previstas nos n.ºs 3 e 4 do ponto 8.3.2.2.1, as diferenças serão expressas pela provisão para depreciação de existências, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

8.2.3.2.3 – Métodos de custeio



Os métodos de custeio das saídas de armazém a adotar são o custo específico ou o custo médio ponderado.

8.2.3.3 - Dívidas de e a terceiros

8.2.3.3.1 – Mensuração

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

8.2.3.3.2 - Provisões

Os riscos de incobrabilidade relativos a dívidas de terceiros, são provisionados.

As provisões que respeitem a riscos e encargos resultantes de dívidas de terceiros não devem ultrapassar as necessidades.

8.2.3.4 - Disponibilidades

8.2.3.4.1 – Mensuração

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

As disponibilidades em moeda estrangeira são expressas no balanço ao câmbio em vigor na data a que ele se reporta.

As diferenças de câmbio apuradas na data de elaboração do balanço final do exercício são contabilizadas nas contas 685 «Custos e perdas financeiros - Diferenças de câmbio desfavoráveis» ou 785 «Proveitos e ganhos financeiros - Diferenças de câmbio favoráveis».

Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria são expressos no balanço pelo seu custo de aquisição (preço de compra acrescido dos gastos de compras).

Se o custo de aquisição for superior ao preço de mercado será este o utilizado.



8.2.3.4.2 - Provisões

Na situação prevista no ponto anterior de o preço de mercado, ser inferior ao custo de aquisição deve constituir-se ou reforçar a provisão pela diferença entre os respetivos preços de aquisição e de mercado. A provisão será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que levaram à sua constituição.

8.2.3.5 – Provisões (2.7.1 POCAL)

A constituição de provisões deve respeitar apenas às situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a sua importância ser superior às necessidades.

Não se deve proceder à anulação e sequente constituição de uma provisão.

São consideradas situações a que estejam associados riscos as que se referem, nomeadamente, às aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Provisões para cobranças duvidosas

Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideram-se as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas no parágrafo anterior é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

As dívidas que tenham sido reclamadas judicialmente ou em que o devedor tenha pendente processo de execução ou esteja em curso processo especial de recuperação da



empresa ou de falência são tratadas como «Custos e perdas extraordinários», quando resulte do respetivo processo judicial a dificuldade ou impossibilidade da sua cobrança e sejam dadas como perdidas.

Provisões para outros riscos e encargos

Provisão: é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

As provisões para outros riscos e encargos são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Autarquia como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigação presente que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Autarquia não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

8.2.3.6 – Amortizações (ponto 2.7.2 POCAL)

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.



Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do activo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei.

O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação ou o deperecimento possam ser amortizados num só exercício são os definidos na lei.

A fixação de quotas diferentes das estabelecidas na lei, para os elementos do ativo imobilizado corpóreo adquirido em 2.ª mão, é determinada pelo órgão deliberativo da autarquia local sob proposta do órgão executivo, acompanhada de justificação adequada.

8.2.4 - Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no Balanço e Demonstração de Resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

Todas as operações registadas e incluídas nas contas do Balanço e Demonstração de Resultados estão registadas em euros.

8.2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado. Nada a referenciar.

8.2.6 - Comentários às contas 43.1 "Despesas de Instalação" e 43.2 "Despesas de Investigação e Desenvolvimento". Nada a referenciar.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes



Imobilizado Corpóreo
Resumo do movimento Anual

Conta do Razão		Índice de	Saldo Razão	Movimentos			Saldo Razão
Nº	Descrição	Referência	em 31-12-2016	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	em 31-12-2017
DOMINIO PRIVADO							
421	Terrenos e Recursos Naturais		1.464.349,17 €	0,00 €		12.500,00 €	1.451.849,17 €
422	Edifícios e O.Construções		44.630.628,42 €	196.624,52 €		2.238.058,43 €	42.589.194,51 €
423	Equipamento Básico		518.201,72 €	3.664,90 €		0,00 €	521.866,62 €
424	Equipamento de Transporte		1.533.633,57 €	14.625,76 €		0,00 €	1.548.259,33 €
425	Ferramentas e Utensílios		66.286,78 €	3.296,73 €		0,00 €	69.583,51 €
426	Equipamento Administrativo		865.923,32 €	34.798,80 €		760,00 €	899.962,12 €
427	Taras e Vasilhames						
429	Outras Imob. Corporeas		588.417,44 €	20.965,38 €		0,00 €	609.382,82 €
	Total		49.667.440,42 €	273.976,09 €		2.251.318,43 €	47.690.098,08 €
DOMINIO PUBLICO							
451	Terrenos		320.189,72 €				320.189,72 €
452	Edifícios		23.600,00 €	18.963,99 €			42.563,99 €
453	Outras Const e Infraestruturas		4.811.075,78 €	2.416.607,02 €			7.227.682,80 €
455	Bens de Patri. Histórico, Artístico e Cultural		85.310,32 €	55.659,94 €			140.970,26 €
459	Outros Bens Dom Pub		25.791,36 €	48.745,54 €			74.536,90 €
	Total		5.265.967,18 €	2.539.976,49 €			7.805.943,67 €
	Total Geral		54.933.407,60 €	2.813.952,58 €		2.251.318,43 €	55.496.041,75 €

Quadro 25 – Imobilizado Corpóreo

**Imobilizado Em Curso**
Resumo do movimento Anual

Conta do Razão		Saldo Razão em 31-12-2016	Movimentos		Saldo Razão em 31-12-2017
Nº	Descrição		Aumentos	Transferênc.	
442	Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas	3.829.254,12 €	1.160.472,53 €	-253.841,67 €	4.735.884,98 €
445	Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público	170.759,61 €	12.102,55 €	-12.102,55 €	170.759,61 €
		4.000.013,73 €	1.172.575,08 €	-265.944,22 €	4.906.644,59 €

Quadro 26 – Imobilizado em Curso

Imobilizado Incorpóreo
Resumo do movimento Anual

Conta do Razão		Saldo Razão em 31-12-2016	Movimentos	Saldo Razão em 31-12-2017
Nº	Descrição		Aumentos	
431	Despesas de instalação	72.727,97 €	2.000,00 €	74.727,97 €
432	Despesas de invest. e desenv.	105.675,45 €	0,00 €	105.675,45 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		178.403,42 €	2.000,00 €	180.403,42 €

Quadro 27 – Imobilizado Incorpóreo



Amortizações Acumuladas-resumo anual

Nº	Conta de Razão Designação	Saldo de Razão em 31-12-2016	Movimento de 2017				Saldo de Razão em 31-12-2017
			Reforço	Anulações por Abates	Transferências	Regularizações	
48.5.2	Edifícios	2.043,53	156,30 €				2.199,83 €
48.5.3	Outras Construções e Infraestruturas	1.299.446,82 €	1.391.388,28 €				2.690.835,10 €
48.5.5	Bens de Patri. Histórico, Artístico e Cultura	7.820,06 €	2.953,56 €				10.773,62 €
48.5.9	Outros Bens de Domínio Público	0,00 €	1.624,85 €				1.624,85 €
	Total	1.309.310,41 €	1.396.122,99 €				2.705.433,40 €
48.2.1	Terrenos e Recursos Naturais						
48.2.2	Edifícios e O. Construções	10.553.149,10 €	956.821,54 €			1.121.888,15 €	10.388.082,49 €
48.2.3	Equipamento Básico	396.407,54 €	52.439,34 €			2,34 €	448.844,54 €
48.2.4	Equipamento de Transporte	1.259.832,35 €	55.332,95 €				1.315.165,30 €
48.2.5	Ferramentas e e Utensílios	50.215,92 €	5.590,61 €				55.806,53 €
48.2.6	Equipamentos Administrativos	798.633,41 €	24.464,09 €			766,08 €	822.331,42 €
48.2.7	Taras e Vasilhame						
48.2.9	O. Imobilizações Corpóreas	368.371,67 €	40.713,72 €				409.085,39 €
	Total	13.426.609,99 €	1.135.362,25 €			1.122.656,57 €	13.439.315,67 €
48.3.1	Despesas de instalação	72.727,97 €					72.727,97 €
48.3.2	Despesas de invest. e desenv.	14.960,36 €	8.237,32 €				23.197,68 €
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos						
48.3.4	Total	87.688,33 €	8.237,32 €				95.925,65 €
	Total Geral	14.823.608,73 €	2.539.722,56 €			1.122.656,57 €	16.240.674,72 €

Quadro 28 – Amortizações Acumuladas



Divulgações:

Na valorimetria dos bens do ativo imobilizado foi utilizado o critério do custo histórico, tendo as amortizações sido calculadas pelo método das quotas constantes, obedecendo às disposições do POCAL e do CIBE.

O processo de inventariação e avaliação do património foi desenvolvido pelas seguintes fases:

-Numa primeira fase, foram inventariados os bens constantes das contas da classe 4 imobilizada, adquiridos como tal e assim registados. Este trabalho desenvolvido só abrangeu aquisições desde 2003 até 2008.

-Numa segunda fase, foram feitas correções a erros detetados quanto à classificação de bens e aquisições, que de facto não correspondiam a bens capitalizáveis. Estas correções, traduziram-se em reclassificações contabilísticas e ajustamentos contabilísticos.

-Numa terceira fase, foram identificados bens, nomeadamente imóveis e viaturas adquiridos antes da implementação do POCAL pela Autarquia em 2003, que foram valorizados e acrescidos ao imobilizado com ajustamentos nos capitais próprios.

Apesar do trabalho já desenvolvido, não foi possível arrolar, inventariar e valorizar parte dos bens do domínio público utilizados pelo Município ou à sua guarda, mas que não afetam os valores expressos no balanço, pois o valor que lhes será atribuído é zero, nos termos do POCAL.

No âmbito do trabalho efetuado já foi possível registar amortizações de bens adquiridos e identificados entre o ano de 2003 e o ano de 2014 que originaram amortizações acumuladas com ajustamento nos capitais próprios, e amortizações relativas aos bens adquiridos no ano de 2017.

8.2.8 – Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes, esta informação encontra-se referenciada nos mapas do Património.

8.2.9 - Custos incorridos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, o Município não está a capitalizar este tipo de juros.

8.2.10 -Não há reavaliação dos bens do imobilizado.



8.2.11 -Quadro discriminativo das reavaliações, o Município não efetuou qualquer reavaliação dos bens do imobilizado.

8.2.12 – No que se refere às Imobilizações em poder de terceiros, Imobilizações implantadas em propriedade alheia, Imobilizações reversíveis e discriminação de custos financeiros nelas capitalizáveis, temos a referir o seguinte:

O município implementou um Centro de Alto Rendimento para Remo do Pocinho, em terrenos que são propriedade da EDP, com direito de uso durante 50 anos

8.2.13 - O Município não recorreu neste exercício ao regime de locação financeira.

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Não foi até à data, possível valorizar todo o imobilizado que são bens de domínio público à responsabilidade do Município, com datas de aquisição ou afetação anteriores a 2003, por que a inventariação e arrolamento desses bens, apesar de se terem iniciado, não foi possível ainda conclui-la por manifesta falta de informação e de meios humanos e materiais adequados.

8.2.15 - Identificações dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Só procedemos a amortizações de bens de domínio público, que são depreciables.

8.2.16 – Entidades Participadas.

Designação	Sede	Valor	%	Capital	Resultado Líquido	Ano
FOZCÔAINVEST – Energia, Turismo e Serviço, E.M.	Rua Eng.º Carlos Lacerda. 5150 – V.N. de Foz Côa	1.382.080,30€	92,32	1.497.000,00 €	59.249,06€	2017
Águas do Norte, SA	Av. Osnabruk, nº 29 5000-427Vila Real	115.890,00€	0,0076	152.198.130,00€	8.431.829,98€	2017

Quadro 29 – Entidades Participadas

O município participa ainda de forma indireta numa empresa, a Ribeira da Teja EM Lda., com 51,7%, com estatuto de empresa local e que faz parte do seu perímetro de consolidação.

8.2.17 - Não aplicável

8.2.18 –



8.2.19 - Não aplicável

8.2.20 - Não aplicável

8.2.21 - Não aplicável

8.2.22 – O valor global das dívidas de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa no montante de 23.187,65€.

8.2.23 - Não existem dívidas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

8.2.24 - Não aplicável

8.2.25 - Não aplicável

8.2.26 - Mapa de contas de ordem em anexo à prestação de contas.

8.2.27 – A conta de provisões acumuladas reflete unicamente o reconhecimento da perda que se pode verificar em clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa no montante de 23.187,65€

8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 “Fundo patrimonial”, constantes do balanço.

CONTAS CLASSE	DESCRIÇÃO	ANO 2016	Afetação do Resultado	Variações do Exercício	ANO 2017
51	Património	29.862.003,49 €	580.283,90 €		30.442.287,39 €
57	Reservas	1.610.255,60 €	43.850,22 €		1.654.105,82 €
59	Resultados Transitados	-252.870,31 €	253.135,13 €		264,82 €
88	Resultado Líquido do Exercício	877.004,43 €	-118.090,07 €		758.837,95 €
	Total	32.096.393,21 €	759.179,18 €	0,00 €	32.855.495,98 €

Quadro 30 – Fundo Patrimonial

8.2.29 -Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

O custo das matérias consumidas refere-se ao custo de aquisição da água utilizada no serviço de abastecimento de água à população.



MUNICÍPIO DE FOZ CÔA		2017	2016
Descrição	Mercadorias	Mercadorias	
Inventário inicial	0,00	0,00	
Compras de Água	497 021,72	470 842,00	
Regularização de inventários	0,00	0,00	
Inventário final	0,00	0,00	
Custo das mercadorias vend e mat consumidas	497 021,72	470 842,00	

Quadro 31 – Demonstração do CMVMC

8.2.30 - Não aplicável.

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

ANO 2017

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

Janeiro - Dezembro

Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - L		N	N - L
661 - JUROS SUFERTADOS	2.311,35	2.220,39	781 - JUROS OBTIDOS		
662 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
663 - AMORTIZAÇÕES REINVESTIMENTOS EM IMOVEIS			783 - RENDIMENTOS DE IMOVEIS		
664 - PROVISÕES PARA PLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	386,77	
665 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
667 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
668 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	2.367,25	2.217,88	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA	36,06	
RESULTADOS FINANCEIROS	-5.255,78	-12.436,27	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS		
Total	422,85		Total	422,85	

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

Quadro 32 – Demonstração de Resultados Financeiros



8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

ANO 2017

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FCO COA

Janeiro - Dezembro

Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N + 1		N	N + 1
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	57.197,27	188.896,26	191 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DIVIDAS INCOBRÁVEIS	8.826,14		792 - RECUPERAÇÃO DE DIVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS			793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA		
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	12.500,00	91.378,39	794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES		
695 - MULTAS E PENALIDADES			795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	2.763,94	20.147,96
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES		
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	28,19	91.340,87	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	1.510,56	41.599,87
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS	1.026,78	26.131,27	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	239.175,99	277.305,87
EXTRAORDINÁRIOS					
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	669.380,21	557.304,16			
Total	745.456,59	656.351,40	Total	748.456,59	656.351,40

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de ____

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de _____ de ____

Quadro 33 – Demonstração de Resultados Extraordinários

8.2.33 – Provisões e Contingências

Provisões

Nos termos do POCAL, devem ser criadas provisões, sempre que existirem riscos que possam ser seguramente quantificados. O Município, constituiu as seguintes provisões, para ocorrer a riscos identificados e quantificados:

Provisões	Saldo inicial	Aumentos	Utilização	Reversão	Saldo final
Cobranças Duvidosas	16 329,98	6 857,67			23 187,65
Processos judiciais em curso		214 791,00			214 791,00
Outros riscos e Encargos					
Total	16 329,98	221 648,67	0,00	0,00	237 978,65



Contingências

O Município tem acionado por terceiros os seguintes processos:

1) Proc. nº 295/11.4BECTB do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO (Ação Administrativa Comum – forma ordinária) – valor: 222.339,29€ - aguarda julgamento;

2) Proc. nº 2222/13.5BEPRT do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LISBOA (Ação Administrativa Comum) – valor: 648.236,41€ - aguarda audiência prévia;

3) Proc. nº 79/14.8BECTB do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO (Ação Administrativa Comum) – valor: 140.679,50€ - aguarda audiência prévia;

4) Proc. nº 447/15.8 do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO – Ação Administrativa Especial) – valor: 7.809,35€ - aguarda julgamento;

5) Proc. nº 326/17.4BECTB do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO – Ação Administrativa I – valor: 36.653,43€ - aguarda marcação de audiência prévia.

No que concerne aos processos nsº.326/17.4 BECTB (36.653,43€) e 295/11.4 BECTB (178.137,57€, valor adjudicado pelo Município), foi efetuado uma provisão pelo valor total de 214.791,00€, por entendermos haver algum risco, podendo o Município vir a ser condenado.

Quanto aos restantes valores expressos no texto, são valores processuais, pelo que significa que existe incerteza de que sejam verdadeiras responsabilidades, não estando assim, definida a sua quantificação nem a tempestividade do seu pagamento.



No entanto, é convicção deste Município que não há risco de responsabilidade, nem há fundamento que permita determinar com alguma segurança qualquer valor potencialmente exigível, uma vez que todos os processos aguardam despacho saneador.

8.3 – NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

8.3.1- Mapa das Modificações ao Orçamento - Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.2- Mapa das Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.4- Mapas de Transferências - Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.4.1.- Transferências Correntes – Despesa - Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.4.2.- Transferências de Capital - Despesa Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.4.3.- Subsídios Concedidos - Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.4.4.- Transferências Correntes – Receita Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.4.5.- Transferências de Capital – Receita Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.4.6.- Subsídios Obtidos - Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.5.1 – Ativos de Rendimento Fixo - Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas que vão junto ao Relatório de Gestão;

8.3.5.2 – Ativos de Rendimento Variável - Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas que vão junto ao Relatório de Gestão;

70



8.3.6 – Mapa dos empréstimos

8.3.6.1 – Empréstimos;

8.3.6.2 – Outras dívidas a terceiros;

De acordo com a alínea c) do n.º 13 do POCAL, interessa focar a evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo a terceiros (contas 22, 23 e 26), nos últimos 9 anos, individualizando as dívidas a instituições de crédito.

ANO	DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZOS								DÍVIDAS A CURTO PRAZO	TOTAL GERAL	% Evolução
	BANCOS E DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO					Acordos de Regularização			OUTROS TERCEIROS		
	CGD	BES	CCA	IGTCP	Total dos Emprést.	Águas do Norte	AMDS	Total dos Acord			
2006	1.527.470,50 €	1.093.167,80 €			2.620.638,30 €			- €	267.111,82 €	2.887.750,12 €	0,55%
2007	1.885.099,43 €	1.022.021,10 €			2.907.120,53 €	445.448,49 €		445.448,49 €	338.436,50 €	3.691.005,52 €	27,82%
2008	1.180.767,11 €	950.874,40 €			2.131.641,51 €	316.365,38 €	226.809,25 €	543.174,63 €	990.143,50 €	3.664.959,64 €	-0,71%
2009	1.321.819,47 €	848.757,51 €	740.217,20 €	162.572,00 €	3.073.366,18 €	189.094,38 €	203.646,29 €	392.740,67 €	1.856.514,96 €	5.322.621,81 €	45,23%
2010	994.635,79 €	780.108,65 €	742.882,09 €	162.572,00 €	2.680.198,53 €	127.271,00 €	630.015,21 €	757.286,21 €	1.211.032,31 €	4.648.517,05 €	-12,66%
2011	825.648,51 €	711.459,79 €	1.107.280,06 €	162.572,00 €	2.806.960,36 €	63.635,50 €	523.833,45 €	587.468,95 €	1.813.364,79 €	5.207.794,10 €	12,03%
2012	657.947,28 €	642.810,93 €	989.735,99 €	162.572,00 €	2.453.066,20 €	671.245,85 €	450.184,56 €	1.121.430,41 €	783.308,02 €	4.357.804,63 €	-16,32%
2013	486.234,41 €	574.162,02 €	865.622,67 €	162.572,00 €	2.088.591,10 €	497.498,15 €	357.759,28 €	855.257,43 €	1.112.661,07 €	4.056.509,60 €	-6,91%
2014	313.210,45 €	505.513,21 €	740.350,16 €	146.314,80 €	1.705.388,62 €	326.721,12 €	266.011,27 €	592.732,39 €	259.924,36 €	2.558.045,37 €	-36,94%
2015	138.700,54 €	436.864,35 €	664.058,10 €	113.800,40 €	1.353.423,39 €	169.632,70 €	173.956,98 €	343.589,68 €	59.823,03 €	1.756.836,10 €	-31,32%
2016	26.410,76 €	364.551,15 €	586.810,42 €	81.286,00 €	1.059.058,33 €	- €	82.616,09 €	82.616,09 €	68.106,50 €	1.209.780,92 €	-31,14%
2017	- €	292.237,96 €	508.899,13 €	48.771,60 €	849.908,69 €	- €	20.654,03 €	20.654,03 €	72.154,63 €	942.717,35 €	-22,08%

Quadro 34 – Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos

Neste mapa, não só se encontram relatadas as dívidas a fornecedores de curto prazo (faturas por pagar e faturas em conferência), como também, o acordo de regularização com a AMDS.

Associação de Municípios do Douro Superior

- Com esta Associação foram elaborados dois acordos de regularização:

a) 1º Acordo no valor de 226.809,25€ em 22/12/2008 – Pago.

b) 2º Acordo no valor de 464.715,51€ em 12/04/2010 – em execução até abril de 2018.



Mapa das dívidas a terceiros (descriminado) – Ano de 2017

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
M.V.N.F.OZ COA		Período: 2017/01/01 a 2017/12/31		2018/02/06	2017	1
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	BALÇO INICIAL		BALÇO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEBITOS	CREDITO
22		FORNECEDORES		163.723,59		32.688,66
22.1		Forneecedores d'Outros		62.616,39		21.654,33
22.1.1		ALUGUER DE REGULARIZAÇÃO		62.616,39		21.654,33
22.1.1.02		A.M.O.S		62.616,39		21.654,33
22.1.1.02.1		A.M.O.S - CUSTA PAVIM		61.562,12		
22.1.1.02.2	69	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO INTERIOR		61.562,12		
22.1.1.02.2		A.M.O.S - MÓDULO PRAZO		23.653,97		38.654,33
22.1.1.02.2	69	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR		24.653,97		21.654,33
22.2		Forneecedores - Faturas em recepção e aguardando		63.116,50		32.154,62
	012	CIT-CERNEC DE PORTUGAL, SA		567,38		819,13
	015	WED-SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO E MULTIMÉDIA, S.A.		312,39		429,52
	0259	FERNANDO PEREIRA & JOSE LIMA, 1900, LDA				1.180,81
	030	PETROLIO DE PORTUGAL- PETROLIO S. A.				2.021,18
	0430	PRIMA PORTUGAL, SOC. UNIPERSONAL LDA		547,39		547,39
	0504	COMUNICACOES VIDEIRA & FILIPE, LDA		436,59		461,37
	0598	STERICH PORTUGAL, LDA		114,88		166,71
	0697	AMONDO - GESTÃO AMBIENTAL, LDA		25,30		25,30
	0699	MANUEL VIEIRA DA CUNHA		540,30		
	0700	BOJA DAS UNIVERNAS UNIPERSONAL, LDA		2.582,16		2.560,76
	0722	EDF COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, SA		46.831,95		614,35
	0731	ACQUINUM - AUTOMOVEIS, UNIPERSONAL, LDA		3.372,38		
	0748	GRACAN - CASES UNIPERSONAIS, S.A.		597,94		8.331,38
	0826	REBOQUE CARLOS MARTINS & FILIPOS, LDA				560,60
	0844	LUIS VILHE BOJOA LOUREIRO		130,00		
	0856	DIVERSON, LDA		1.767,50		
	089	MARIA DA CONCEIÇÃO DREIRO M. DIENSA (MEDIADOR DA COMPANHIA DE		536,45		
		ENERGIE ALLIANCE)				
	0794	FE ENERGIA, LDA				5.348,68
	0910	SUPERCOM, SUPERMERCADO, LDA		26,13		405,17
	097	V.FERNANDES & MOTA, LDA		2,89		
	458	GRATINAT ARTES CRAFTICAS				504,11
	471	GRANDEV INTERIOR, S.A.		500,30		6.977,15
	55	VOS COSTA - UNIPERSONAL, LDA		2.554,96		1.008,68
	595	AGROFARMACO DE ESCOLAS TENDENTE CORRAL AGRICULTORES DE V.		1.973,76		2.659,68
		N. FOZ COA				
	69	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR				25.505,40
	063	FARMACIA DE SANTA COMBA		41,24		
	1	OSPITAL - REPRESENTAÇÕES, LDA		1.535,20		
	061	PRIMA-LAS REGIONAL DE TRÁS OS MONTES, LDA		669,71		502,78
		OUTROS DEVEDORES E CREDITOS		454.056,35		118.737,37
25		Forneecedores de Imobilidade		143.000,00		
25.1		Forneecedores de Imobilidade, OUT		143.000,00		
25.1.1	0190	MARIA ADILSON LEMOS FREIRE ALBUQUERQUE LIMA MATEO		143.000,00		
25.2		Devedores e credores diversos		364.585,35		118.737,37
25.2.1		DEVEDORES DIVERSOS		341.440,61		122.432,33
25.2.1.2		DEVEDORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS		341.440,61		122.432,33
25.2.1.2.9		DEVEDORES E TRILHOS DIVERSOS-DEVEDORES DAS ADMINISTRAÇÕES		341.440,61		122.432,33
		PÚBLICAS- FAM				
25.2.1.2.5.1		DÍVIDA A FUNDO PRAZO - FAM		68.286,39		51.616,81
25.2.1.2.5.1	0601	Fundo de Apoio Municipal		68.286,39		51.616,81
25.2.1.2.5.2		DÍVIDA A MEDIO E LONGO PRAZO - FAM		273.153,61		52.716,81
25.2.1.2.5.2	0601	Fundo de Apoio Municipal		273.153,61		52.716,81
25.2.3		Credores Diversos		12.644,44		5.775,33
25.2.3.9		OUTROS CREDITOS DIVERSOS		12.644,44		5.775,33
25.2.3.9.9		LEASING- TRANSFERENCIA DE CONTAS		6.869,44		
25.2.3.9.9		Credores Diversos - Outros		1.775,33		5.775,33
25.2.3.9.9.1		CREDITOS DIVERSOS- INDIVIDUAL - EXCEÇÃO CONCESSÃO		1.775,33		5.775,33
25.2.3.9.9.1	0519	TERCIA MARIA B. RANCO PEREIRA		1.775,33		5.775,33
A TRANSFERIR...				642.257,64		199.456,66



ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PÁGINA
M.V.N.FOZ COA		Período : 2017/01/02 a 2017/12/31		2018/04/04	2017	2
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
		TRANSPORTE ...		642.250,64		296.465,66
	2622	RUI AUGUSTO MURÇA SOARES		2.550,00		2.550,00
		TOTAL ...		644.800,64		301.015,66

Quadro 35 – Outras Dívidas a terceiros 2017

No gráfico abaixo é relatada a evolução das dívidas de curto médio e longo prazo, nos últimos anos.

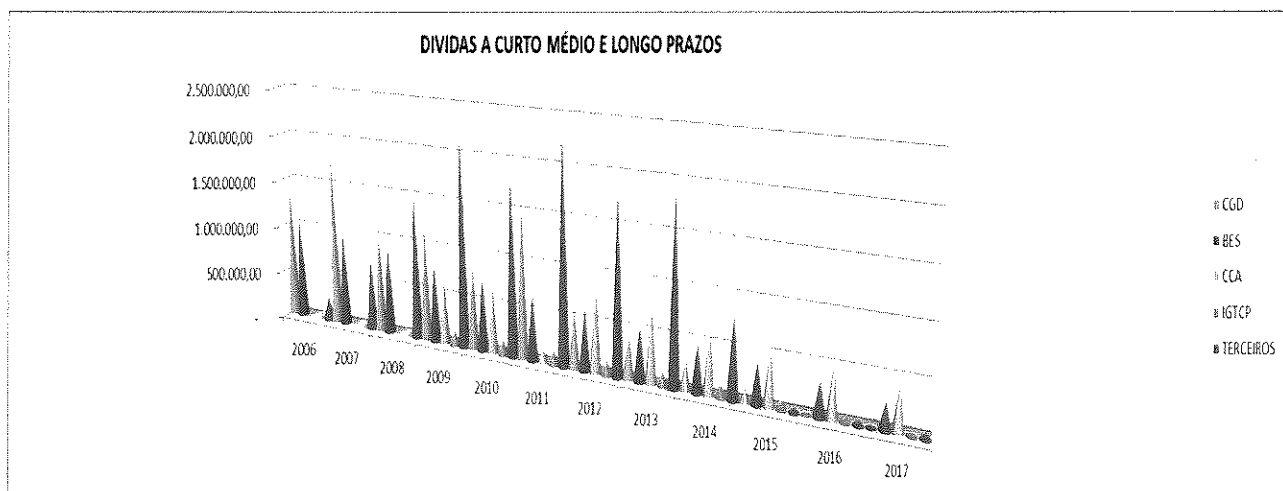


Gráfico 8 - Dívidas a Curto, Médio e Longo Prazos

Em cumprimento do art.º 15º da Lei nº 22/2015 de 17 de março, que alterou e republicou a Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, (LCPA e Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), a seguir se elenca de forma individual, todos os recebimentos e pagamentos pendentes (uma vez que o município não tem pagamentos em atraso) a 31 de Dezembro de 2017, bem como se declara que é nossa convicção que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2017, se encontram



devidamente registados no programa contabilístico existente neste município (Anexo I), em compromissos futuros.

Recebimentos e Pagamentos à data de 31/12/2015**RECEBIMENTOS:**

Entidade	Nº	Valor
Consumidores de água com pagamentos em atraso	Débitos ao Tesoureiro	23.187,65 €
A receber dos Fundos Comunitários		31.919,27€
Total		55.106,92€



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA


FOZ CÔA

Relatório de Gestão 2017

PAGAMENTOS:

Terceiro	Fornecedor	Referência	Nº Interno	Dt. Emissão	Dias em atraso	Valor	Acordo de Regularização de dívida	SI/ Acordos de Regularização de dívida
69	ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIOR	0015/10	1995	2010-03-10	0	20.654,03 €	20.654,03 €	
2621	FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	2015/FAM	3689	2015-12-30	0	102.432,00 €	102.432,00 €	
Total						123.086,03	123.086,03	0,00

Quadro 36 - Recebimentos e Pagamentos em atraso a 31/12/2016



De seguida ilustramos o ponto de situação dos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários.

Programa	Designação do projeto	valores aprovados(atualizados)			valores a 31-12-2017					valores por receber ainda não submetido
		investimento elegível	comparticipação	%	faturados	submetidos		recebido	pedidos pendentes por receber	
						investimento elegível	comparticipação			
ON2	Rede de monumentos do Vale do Douro	156.689,80	133.186,33	85,00	156.689,83	156.689,83	133.186,36	133.186,36	0,00	
Norte 2020	Centro de Saúde de Vila Nova de Foz Côa	360.000,00	306.000,00	85,00	649.243,87	192.693,99	163.787,91	131.868,64	31.919,27	0,00
									31.919,27	0,00

Quadro 37 – Posição dos projetos candidatos em 31/12/2017

Note-se que em 31 de dezembro de 2017, o Município tinha a receber de fundos comunitários a importância de **31.919,27 €**, em validação, o que veio a ocorrer em janeiro do corrente ano. Se contabilizarmos o valor a receber de fundos comunitários, que aguardava validação, a **descida** real das dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos é de **24,71%**, em vez de **22,08%** (ver quadro 28 – Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos).

Importa ainda referir que, o prazo médio de pagamentos neste Município, segundo dados da DGAL, tem vindo a descer consideravelmente, tendo subido ligeiramente no ano de 2016, em virtude de alguns fornecedores não terem as Certidões de Não Dívida às Finanças e à Segurança Social em dia, atrasando assim o processo de pagamento.

Prazo Médio de Pagamentos								
Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nº de dias	93	93	39	49	67	14	23	20*

* Nota: Dados provisórios da DGAL, publicados no Portal Autárquico.

Quadro 38 – Prazo Médio de Pagamentos



Autorização para Emissão:

As demonstrações financeiras e a execução orçamental foram aprovadas pela Camara Municipal, órgão competente, no dia/04/2018.

Vila Nova de Foz Côa, 13 de Abril de 2018

O Presidente da Câmara,

Engº Gustavo de Sousa Duarte



ANEXO I



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2017



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
CÂMARA MUNICIPAL

Tel. 270 760 400 - Fax 270 760 438 E-mail: correio@cm-fozcoa.pt - www.cm-fozcoa.pt - 5150-642 VILA NOVA DE FOZ CÔA - N.º 1 - 536-825 197

DECLARAÇÃO

COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Eng.º Gustavo de Sousa Duarte, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, declara para os devidos efeitos e nos termos do disposto na alínea a) do nº1 do artigo 15º da Lei nº 22/2015 de 17 de março, que alterou e republicou a Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA e Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), que este município registou no ano de 2017, os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2017, e é nossa convicção que todos se encontram devidamente registados.

Paços dos Concelhos, 05 de fevereiro de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal,


Eng.º Gustavo de Sousa Duarte

REUNTAÇÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Extrato da Ata

Declaração sobre Compromissos Plurianuais – 2017.

A Câmara Municipal deliberou: Por unanimidade, tomar conhecimento e enviar a presente declaração à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº2 do artigo 15 da Lei nº 22/2015 de 17 de março, que alterou e republicou a Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro.

PRAÇA DO MUNICÍPIO – 5150-642 VILA NOVA DE FOZ CÔA